

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE SAO PAULO 2022-2040



2022-2040


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO ESTADO
DE SÃO PAULO 2022-2040**

2022-2040

APOIO:



REALIZAÇÃO:



| Secretaria de Desenvolvimento Econômico



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNADOR

João Doria

VICE-GOVERNADOR

Rodrigo Garcia

SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Patricia Ellen da Silva

SECRETÁRIA-EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Marina Amadeu Batista Bragante

Bruno Rocha Nagli (até agosto de 2020)

Américo Ceiki Sakamoto (até março de 2020)

CHEFE DE GABINETE

Thiago Rodrigues Liporaci

COORDENADORIAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COORDENADORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CCTI)

Rafael Sampaio Andery

Paula Helena Ortiz Lima (até dezembro de 2021)

Marcos Vinicius de Souza (até janeiro de 2021)

COORDENADORIA DE COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CICOS)

Fernanda Perniciotti

Eduardo Aranibar (até março de 2022)

Adriana Tedesco Telerman (até setembro de 2020)

André Marcos Favero (até março de 2020)

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL (CDRT)

Adriana Tedesco Telerman

Karina Sayuri Sataka Bugarin (até outubro de 2020)

SUBSECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E DA MICRO E PEQUENA EMPRESA (CEMPE)

Bruna Helena Souza Teixeira de Barros

Sueli Aparecida Rodrigues Cavalhero (até janeiro de 2021)

Jandaraci Ferreira de Araújo (até outubro de 2020)

COORDENADORIA DE ENSINO SUPERIOR (CES)

Sandro Roberto Valentini

Thiago Rodrigues Liporaci (até fevereiro de 2021)

Ricardo de Oliveira Anido (até março de 2020)

COORDENADORIA DE ENSINO TÉCNICO, TECNOLÓGICO E PROFISSIONALIZANTE (CETPRO)

Natália Lupenetti Vido

Daniel Cabral Casado de Barros (até dezembro de 2021)

COORDENADORIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA (CPEP)

Marcos Akamine Wolff

Larissa Carolina de Almeida Marco (até abril de 2021)

Elton Tony Souza Pondé Coelho (até novembro de 2019)

COORDENADORIA DE OPERAÇÕES (COP)

João Rafael Calvo da Silva

Jorge Tatino Junior (até agosto de 2021)

Ademar Bueno da Silva Junior (até abril de 2021)

ASSESSORIA DE GABINETE

Fernanda Sue

Vinicius Natacci

Rafael Andery

Eduardo Aranibar (até setembro de 2021)

Bruna Barros (até janeiro de 2021)

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

COORDENAÇÃO

Tatiane Brito do Nascimento

Taís Gomes (até janeiro de 2022)

Giovana Calandriello (até julho de 2020)

ASSESSORIA DE IMPRENSA E TEXTOS

Ana Paula Marinho

Douglas Martins

Jaqueline Rocha

Juliana Gattone

Juliana Parra

Vitor Guedes

REDES SOCIAIS

Vitória Aparecida

Ligia Alonso

DESIGNER

Renata Caruso

CERIMONIAL

Adriano Gallon

Monique Fonseca

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2022 - 2040

COORDENAÇÃO GERAL

Marina Bragante
Patrícia Ellen

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Adriana Tedesco
Eduardo Aranibar
Fernanda Perniciotti
Pilar Barretto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Beatriz Freitas

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Claudia Cerqueira
Fernanda Perniciotti
Fernanda Sue
Jonas Kulaskauskas
Pilar Barretto
Rafael Andery
Vinícius Natacci

REVISÃO TÉCNICA

Adriana Tedesco
Bruna Helena Souza Teixeira de Barros
Fernanda Perniciotti
João Rafael Calvo da Silva
Natália Lupenetti Vido
Rafael Sampaio Andery
Sandro Roberto Valentini

REVISÃO

Juliana Parra

FOTOS CAPA

Imagem Freepik
Adriano Pirulito

Aos gestores do futuro,
Como nos diz Guimarães Rosa, em **Grandes Sertão: Veredas**

O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia.

JOÃO DORIA
GOVERNADOR

“SÃO PAULO, O ESTADO DAS OPORTUNIDADES”

Um Estado como São Paulo, com dimensões comparadas a vários países do mundo, precisa de políticas públicas claras, constantes, detalhadas, com metas e prazos definidos. Ainda mais quando se trata de buscar cada vez mais um lugar de destaque mundial por meio das nossas vocações. Por isso, o Governo do Estado de São Paulo lança o Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE), um dos mais inovadores e arrojados da história, com ações estratégicas para garantir o crescimento sustentável até 2040. A criação do PDE demonstra o compromisso do nosso Governo em estabelecer uma economia sólida e sustentável para melhorar efetivamente a vida da população.

O plano consiste em propostas efetivas de políticas públicas cujo principal objetivo está relacionado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) paulista e à geração de emprego e renda.

Desde 2019, estivemos em constante diálogo com o setor privado e conquistamos uma expressiva atração de investimentos: foram mais de R\$ 208 bilhões, valor 22% superior ao triênio anterior (2016-2018), mesmo com a recessão global e a pandemia de Covid-19.

Maior gerador de empregos do país, São Paulo criou um de cada dois postos de trabalho do Brasil em 2021. Consolidando também a imagem de “Estado das oportunidades”, abrimos 225.355 vagas de cursos profissionalizantes pelos programas Via Rápida, SP Tech e São Paulo Criativo, em parceria com Centro Paula Souza, Senac e Univesp.

Concluimos ainda 12 concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), injetando mais de R\$ 45 bilhões em novos investimentos na economia do estado.

Nesses três anos, a economia de São Paulo só cresceu, avançando mais do que a do Brasil. É o resultado de uma política liberal, defensora do investimento privado para trazer soluções eficientes com aumento na geração de emprego e renda. Uma gestão comprometida com o futuro dos seus cidadãos. E com a esperança dos brasileiros.

PATRÍCIA ELLEN

SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

“Crescer e Investir, Empregar e Capacitar, Empreender, Inovar e Incluir”

Ao assumirmos o desafio de promover o crescimento sustentado do PIB em 4% ao ano até 2040, trabalhamos para propor uma solução moderna e coerente com as demandas da sociedade, considerando outros fatores para o desenvolvimento que não apenas as variáveis econômicas. É preciso incluir o maior número possível de vertentes sociais e realidades, que sejam sustentáveis e estejam aliadas às práticas mais inovadoras diante de um mundo digital que se renova com tamanha velocidade como o que vivemos.

Pensando nisso, criamos o Plano de Desenvolvimento Econômico, como um norteador do crescimento sustentável da economia paulista, identificando gargalos setoriais e territoriais do estado, bem como suas potencialidades, subsidiando a formulação e avaliação de políticas públicas. O documento ambiciona ser um plano de longo prazo, indicando a trajetória esperada para a economia paulista no período 2022-2040. Um olho no futuro sem esquecer do presente e do passado, a partir de três principais eixos vistos como tendências: Desenvolvimento Econômico Sustentável, Combate às Desigualdades, Promoção de Tecnologia e Inovação.

Nossa gestão na Secretaria do Desenvolvimento Econômico (2019 a 2022) teve como missão garantir um desenvolvimento econômico sustentável, inovador e inclusivo. Por isso, as políticas públicas foram norteadas por cinco pilares: Crescer e Investir, Empregar e Capacitar, Empreender, Inovar e Incluir.

Estimulamos o fomento à competitividade e produtividade do Estado, mantendo interlocução constante com o setor produtivo, de modo a melhorar o ambiente de negócios e agir para fomentar a sua produtividade, respeitando ainda as vantagens e peculiaridades de cada região.

Mesmo com todas as adversidades, como a pandemia da covid-19, São Paulo não parou de se desenvolver, e o crescimento do PIB foi cinco vezes maior que o do Brasil nos últimos três anos (2019 a 2021). O avanço paulista foi de 7,5% contra 1,5% do país no mesmo período. Mais de R\$ 208 bilhões foram atraídos pelo Governo de São Paulo nesta gestão, valor 22% superior ao triênio anterior (2016-2018), mesmo com a recessão global.

O Estado de São Paulo retomou seu patamar de atividade econômica e fechou 2021 com saldo positivo de vínculos empregatícios formais, ou seja, o número de admitidos no ano foi maior do que o número de demitidos. E ainda investimos na capacitação e formalização de empreendedores por necessidade, com redução da insegurança institucional.

Com o objetivo de garantir perenidade do protagonismo do Estado e preparar e adaptar a economia de São Paulo para o futuro, é fundamental investir em ciência, tecnologia e inovação. Para isso, a gestão procurou criar ambientes propícios para atrair investimentos (parques tecnológicos e centros de inovação) e gerar novas empresas e startups (incubadoras de empresas).

São Paulo precisa manter contínuos seus mecanismos de desenvolvimento. A locomotiva do país deve avançar e, com isso, aprimorar as políticas e ações vigentes, além de elaborar e implementar outras políticas a fim de melhorar nosso Estado.

O plano pretende deixar um legado pautado por esses compromissos éticos com uma perspectiva de políticas baseada em evidências, diagnósticos, realizações do presente e a dimensão estratégica do que se deseja para o futuro.

APRESENTAÇÃO

POR MARINA BRAGANTE

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Construir e implantar a política de desenvolvimento econômico de uma potência como São Paulo é ter a chance de gerar mais oportunidades e prosperidade que beneficiem diretamente a vida da população, missão importante para todos nós, gestoras e gestores públicos.

Projetos eficazes do maior PIB do Brasil são exemplos que moldam e inspiram as políticas do país e do continente. Justamente pela relevância e destaque do nosso estado no cenário nacional e mundial, é preciso pensar além de quatro anos. Nesse sentido, ter um plano que ultrapasse governos é fundamental.

Conhecendo a nossa história, particularidades de cada região, desafios de uma sociedade que se transforma tão rapidamente e a enorme potência que somos, cabe a nós, do poder público, direcionar o desenvolvimento econômico para que tenhamos um estado menos desigual regionalmente, menos iníquo, mais moderno e inovador e muito, muito mais sustentável.

A partir dessas premissas e da certeza de que política pública se constrói com a participação social é que este plano foi elaborado, utilizando dois instrumentos complementares: uma metodologia econômico-matemática, capaz de realizar análises técnicas multissetoriais e inter-regionais das oportunidades e necessidades econômicas do Estado, e um processo participativo, no qual a população do Estado pôde opinar sobre o desenvolvimento de São

Paulo para os próximos 20 anos, escolhendo e propondo democraticamente qual o modelo econômico que desejam.

Diante da magnitude dos desafios enfrentados, não resta dúvida da necessidade de uma gestão inteligente e técnica, com a adoção de ferramentas metodológicas adequadas, planejamento estruturado e realização de análises de impacto constante.

Tudo sem dispensar a sensibilidade e humanidade. É preciso entender que, do outro lado de planilhas, indicadores e números, estão jovens, pessoas com deficiência, idosos, mulheres, mães, crianças e famílias vulnerabilizadas, com histórias e capacidades que devem ser reconhecidas, preservadas e estimuladas se quisermos construir um futuro mais justo, sustentável e diverso, com oportunidades de desenvolvimento para todos e todas.

Priorizar o atendimento à população mais vulnerabilizada, garantir qualificação constante e de qualidade para quem precisa entrar no mercado de trabalho ou quer empreender e promover debate permanente com os diversos setores que formam a nossa economia são requisitos essenciais para as iniciativas de uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Deixar um legado de horizonte a partir do diagnóstico do presente e do mapeamento de tendências para o futuro é parte importante do nosso compromisso com a população de São Paulo.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

2022 - 2040

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: O ESTADO DE SÃO PAULO QUE QUEREMOS.....	15
2 HORIZONTES DA ECONOMIA PAULISTA.....	21
2.1. Breve Contexto da Gestão 2019 – 2022.....	25
2.2. Vocação x Futuro: respeitar vocações, mas desenvolver novas aptidões	28
3 COMO O PLANO FOI DESENVOLVIDO?.....	30
3.1. Processo Participativo e a importância das múltiplas dimensões do desenvolvimento.....	30
3.2. Modelos de análise multissetorial e inter-regional: trajetórias esperadas da economia estadual.....	35
3.3. Premissas dos cenários.....	37
3.4. Resultados dos cenários	40
4 TENDÊNCIAS OBSERVADAS PARA UMA TRANSIÇÃO ECONÔMICA SUSTENTÁVEL, INCLUSIVA E INOVADORA	45
4.1. Eixo 1: Desenvolvimento Sustentável	45
4.2. Eixo 2: Combate às Desigualdades sociais e regionais	51
4.3. Eixo 3: Tecnologia e Inovação	57
5 Diretrizes para o desenho de Políticas e Ações Futuras	62
5.1. Eixo 1: Desenvolvimento Sustentável	62
5.1.1. Justificativa e Diagnóstico	62
5.1.2. Objetivos Estratégicos:	63
Objetivo 1 – Mudanças climáticas e transição para uma economia sustentável	63
Objetivo 2 – Ampliar a segurança hídrica em bases sustentáveis.....	66
Objetivo 3 – Promover a recuperação Ambiental.....	68

Objetivo 4 – Impulsionar o Turismo Sustentável.....	70
5.1.3. Programas e Políticas já em curso (SDE).....	72
5.2. Eixo 2: Combate às Desigualdades regionais e sociais	74
5.2.1. Justificativa e Diagnóstico.....	74
5.2.2. Objetivos Estratégicos:.....	75
Objetivo 1: Atenuação das Desigualdades Regionais.....	75
Objetivo 2: Melhoria da qualidade de vida dos estratos sociais carentes.....	77
5.2.3. Programas e Políticas já em curso (SDE).....	80
5.3. Eixo 3: Tecnologia e Inovação	82
5.3.1. Justificativa e Diagnóstico.....	82
5.3.2. Objetivos Estratégicos:.....	83
Objetivo 1 - Fortalecimento do Sistema Paulista de Ciência, Tecnologia e Inovação (Ct&I).....	83
Objetivo 2 - Aumentar a competitividade das empresas.....	85
Objetivo 3 - Incentivar e viabilizar mecanismos para tornar as cidades mais inteligentes.....	88
5.3.3. Programas e Políticas já em curso (SDE).....	91
6 “Compromisso com a gestão Pública” - Por Patrícia Ellen	93
7 Referências	94

1 INTRODUÇÃO: O ESTADO DE SÃO PAULO QUE QUEREMOS

A melhor forma de prever o futuro é criá-lo.

Peter Drucker

O Estado de São Paulo é liderança econômica no país, com quase um terço do PIB gerado, reflexo de uma economia diversificada e dinâmica, com um parque manufatureiro complexo e avançado, um setor agrícola com alta produtividade e um setor de serviços de alta qualificação, por dispor das principais instituições de ensino do país, além de seu cenário cultural efervescente. Seu papel de liderança aponta exatamente para a responsabilidade do Estado em manter sua posição não apenas como sustento à população paulista, mas também considerando o impacto do seu desenvolvimento no restante do país.

O Brasil, por sua vez, vem de 40 anos de crescimento econômico limitado, oscilante, alternando crises com pequenos momentos de crescimento. Entre 1940 e 1980, a economia brasileira cresceu a taxas elevadas, mas, a partir de 1980, teve o crescimento arrefecido. Desde o início dos anos 2000, cresceu pouco, alcançando o pico efêmero de 7,5% em um ano e experimentando duas fortes diminuições dos seus níveis de atividade. Como se não bastassem as oscilações, ainda temos, desde 2020, que lidar com os efeitos econômicos e sociais da pandemia da COVID-19.

Mas o Estado de São Paulo também encontra obstáculos para o seu desenvolvimento. Em termos econômicos, quando olhamos para outras economias do mundo com as quais os produtores paulistas têm de competir, o quadro não é alentador. Enquanto alcançamos multiplicar o PIB neste século em 1,5 vez, o mundo como um todo (ou seja, todas as

economias do mundo somadas) cresceu 1,7 vez; Chile e Coreia do Sul cresceram 1,9 vez; Vietnã, 3,1 vezes; Índia, 3,2 vezes¹.

Um dado interessante para pensar no futuro do Estado é a demografia, já que sua população aumentou 9,5% neste século. As projeções para 2050 indicam que ainda crescerá mais 11% até lá. Entre 2020 e 2050, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, haverá mais 5,1 milhões de habitantes no Estado². Adicionalmente, São Paulo encara também o envelhecimento de sua população, rumando para o fim de seu bônus demográfico em poucas décadas.

O fim do bônus demográfico será mais um dos obstáculos do mercado de trabalho paulista do futuro. Por ora, os desafios atuais consistem na retomada da economia após dois anos de pandemia da COVID-19, na inclusão produtiva dos trabalhadores informais e grupos minoritários e do fortalecimento dos indivíduos que buscam empreender frente às dificuldades no mercado formal.

E não é só isso: o Estado de São Paulo tem ainda desafios globais pela frente. Um deles consiste na necessidade de incluir, desenvolver e fortalecer o ambiente paulista de inovação, promovendo o desenvolvimento do PD&I nacional, o aumento da competitividade, o fomento às universidades e pesquisa, o avanço das tecnologias médicas e da saúde, dentre muitos outros benefícios inerentes à sua promoção, almejando o patamar de países, como Hong Kong, China, Estados Unidos e Israel³.

Outro grande desafio trata de sua atuação no enfrentamento às mudanças climáticas e respeito ao meio ambiente, às características naturais e às limitações dos ecossistemas do Estado. Nesse sentido, o desafio do Estado de São Paulo para 2040 consiste em respeitar o tempo e capacidade de suporte, reposição ou recuperação dos recursos naturais, que sustentam as atividades sociais e econômicas, sem, contudo, extraviar-se das

¹ Aqui, contabilizamos o PIB em dólares americanos (USD) para fins de comparação entre países. Dados disponíveis em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD?locations=RU-CL-KR-VN-IN>.

² As projeções da população do Brasil e seus estados pode ser conferida aqui: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

³ Segundo dados do Índice Global de Inovação 2020, disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_gii_2020.pdf.

oportunidades de utilização dos recursos naturais. Com respeito e consciência, alinhado aos acordos internacionais e em consonância com as pesquisas científicas que acompanham as mudanças climáticas, precisa seguir seu papel de precursor na formulação e implementação de políticas e ações sustentáveis subnacionais, voltadas à mitigação de impactos ambientais e à promoção de desenvolvimento econômico sustentável de forma integrada.

Por fim, temos ainda o desafio do combate às desigualdades. O Estado de São Paulo tem vocação de acolhida: historicamente, foi o estado brasileiro que mais recebeu migrantes e imigrantes, incorporou culturas e acomodou 25% da população do Brasil em seu território. Por isso, o Estado de São Paulo deve cuidar para que todos os “paulistas” (que, para o Governo do Estado, são os que nasceram neste ou em outro estado, ou mesmo em outro país, mas que residem aqui) tenham igualdade de oportunidades, independentemente de sua cor, gênero, naturalidade, etnia, orientação sexual.

Além disso, São Paulo também precisa mitigar as disparidades internas, e a forma de fazê-lo é, em grande medida, proporcionando a todas as regiões paulistas oportunidades para crescer, alavancar suas vocações e possibilitar a descoberta de novas aptidões.

A soma desses desafios para as próximas décadas mostra que o esforço para o crescimento do Estado de São Paulo não é só econômico; este, por sua vez, possui múltiplas dimensões. Quando falamos em crescimento e desenvolvimento, nos referimos à melhoria na qualidade de vida dos paulistas, à preservação e uso consciente dos recursos naturais, à promoção da competitividade do Estado de forma conectada, pois não há escolha entre economia e meio ambiente ou entre economia e condições sociais. Só há futuro na economia com respeito ao ambiente e superação das limitações advindas das baixas condições de vida de parte vulnerabilizada da população.

E qual é, afinal, **o papel do Estado de São Paulo diante desses desafios?**

O Estado de São Paulo precisa crescer para que os demais estados também o façam. Não apenas porque é o maior comprador de seus produtos e serviços, mas porque simplesmente oferece os melhores serviços de alta sofisticação a todos os brasileiros; seus hospitais acabam tratando os problemas de saúde mais complexos de pessoas de todas as

regiões; o sistema universitário é responsável por mais de um terço de toda a produção científica nacional e atende alunos oriundos de todas as unidades federativas, por exemplo.

Os paulistas, que hoje contribuem para a produção nacional, o merecem. Os novos paulistas, nascidos neste século e que terão sua vida adulta no mundo pós-covid-19, necessitam que deles nos ocupemos. Se não houver um comprometimento transversal, pactuado entre os mais diversos atores e a própria população, a situação atual e o ritmo recente não gerarão perspectivas promissoras para os paulistas no futuro, principalmente para os paulistas do futuro. E todos os brasileiros serão afetados por isso.

Por isso, o Estado de São Paulo tem a responsabilidade de pensar e planejar, sempre com base em evidências, como forma de balizar e direcionar as próprias ações com a vontade e a obrigação de promover um futuro mais favorável a todos os brasileiros.

Caberá ao Governo Estadual prover o apoio técnico e a prestação de serviços de desenvolvimento que já fazem parte da missão institucional dos órgãos da administração direta e indireta, mas seu papel não se restringirá a isso, devendo sua atuação ser mais ampla.

Como a ideia do Plano é ser um *planejamento participativo*, com o envolvimento dos grupos da sociedade que direta ou indiretamente serão impactados pelas ações programáticas em termos de seus custos e benefícios, o Estado também deverá cumprir um papel de mediador. De sua mediação entre múltiplos atores emergirão aspectos positivos em termos de eficácia operacional e de pedagogia social, pois tem a capacidade de agregar novas vontades e novos interesses em torno de programas e projetos.

O papel do Estado de São Paulo deve ser guiar este barco do desenvolvimento com responsabilidade, compromisso e senso de cooperação. O futuro precisa ser construído. As aptidões para competir no novo sistema econômico devem ser desenvolvidas, já considerando todos os desafios globais urgentes. O espaço de oportunidades nesse novo futuro pode estar muito distante daquele observado até o presente, que viabilizou o sucesso então alcançado. Não há garantias de que as vantagens demonstradas no passado possam gerar alguma vantagem no futuro. Mudança, neste caso, não é uma opção arriscada. Arriscado é manter o rumo, quando o ambiente exige mudanças.

Por isso, nós elaboramos um Plano.

Um Plano, a rigor, é um documento que contém um conjunto de intervenções com o objetivo de alterar o *status quo* e a evolução esperada das condições econômicas e sociais. Parte-se, portanto, de um reconhecimento de que a situação poderia ser melhor, e o futuro, mais pródigo. Mas um Plano, na prática, representa um esforço técnico de elaborar estratégias e promover mudanças e melhorias para nosso Estado.

Este Plano destina-se a promover grandes mudanças e transformações socioeconômicas e socioambientais. Não se pretende jogar para um futuro distante a solução dos problemas presentes. É um plano de longo prazo que deverá orientar a formulação das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dos Orçamentos Anuais e dos Planos Plurianuais (PPA) do Governo do Estado nesse período de sua história.

Nosso objetivo, com esse Plano, é **promover crescimento sustentado do PIB em 4% ao ano até 2040**, mas de uma forma diferente, considerando outros fatores para seu desenvolvimento, não apenas as variáveis econômicas.

O Estado de São Paulo precisa alterar a tendência de crescimento para abrir espaço e gerar oportunidades para que fique **menos dispar regionalmente, menos iníquo socialmente e mais sustentável ambientalmente**. Para tanto, olhando para o futuro sem esquecer de seu presente e passado, os três principais eixos desse Plano elaborados para o alcance de seu objetivo são: 1) **Desenvolvimento Econômico Sustentável**, 2) **Combate às Desigualdades** e 3) **Promoção de Tecnologia e Inovação**.

O ponto de partida para as mudanças e as transformações estruturais é um processo de renovação das ideias que os diferentes grupos sociais percebem sobre as principais questões que limitam o desenvolvimento do Estado, assim como as potencialidades que vislumbram e controlam para superar problemas e construir o futuro que a sociedade aspira. E a melhor maneira de prever o futuro é criá-lo.

Pelo horizonte de tempo envolvido nesse Plano, sua implementação será obra de várias administrações, que atuarão em conjunturas econômicas específicas, tanto nacionais

quanto internacionais. Igualmente, o contexto político e social certamente oferecerá condições diferentes em momentos distintos.

Sua implementação será decidida, em cada administração, à luz das condições objetivas prevalentes no momento. Por essa razão, não se detalham os programas e não se oferecem pormenores de sua implantação. Consigna-se apenas sua importância e necessidade, oferecendo os traços e diretrizes principais a serem seguidas.

Nesse sentido, o Plano deve ser entendido como um definidor de rumo, uma bússola, indicando a direção correta, ainda que, em determinados momentos, desvios de rota devam ser feitos, mudanças de cadência precisem ser implementadas e adaptações acabem sendo necessárias. Todos esses ajustes serão menos comprometedores para o futuro do Estado se respeitarem e mantiverem o rumo principal aqui consignado, a ele voltando quando superada a dificuldade.

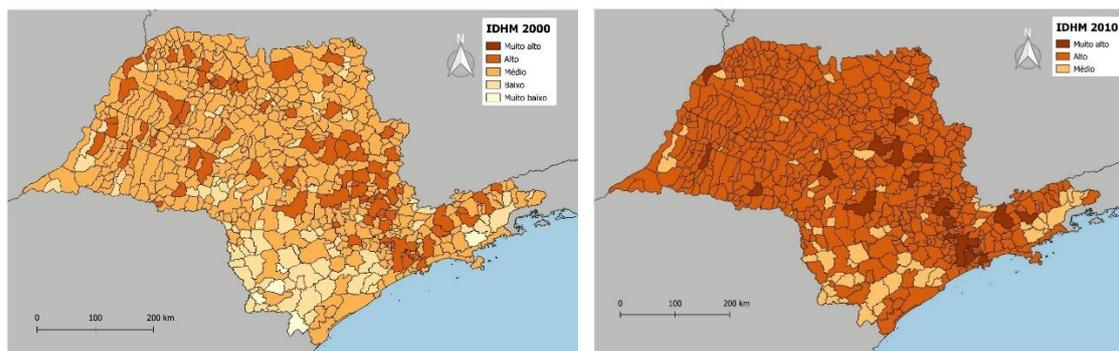
São Paulo é Estado de coragem e comprometimento.

2 HORIZONTES DA ECONOMIA PAULISTA

São Paulo é o maior Estado da federação brasileira em termos populacionais. Foi, durante quase seis décadas, um dos Estados que mais atraíram migrantes, vindos de todos os cantos do país para trabalhar nas lavouras de café e, a partir dos anos 1940, na indústria que se desenvolvia rapidamente. Atualmente, sua população de 44,3 milhões de pessoas (correspondente a 21% da população brasileira) se divide em 645 municípios e ocupa uma área equivalente ao Reino Unido. Assim como o Brasil, o Estado de São Paulo também está passando pelo bônus demográfico, com 70% de pessoas em idade ativa (de 15 a 64 anos), o que significa que a maior parte da população está em idade ativa e disponível para trabalhar.

Em relação ao nível de desenvolvimento, São Paulo é o Estado mais desenvolvido do Brasil. Seu IDH é considerado alto (0,783). Quando olhamos os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) na Figura 1, vemos que, entre 2000 e 2010, São Paulo passou de um padrão de desenvolvimento Médio para Alto na maior parte dos municípios, o que indica melhora das condições gerais de vida da população.

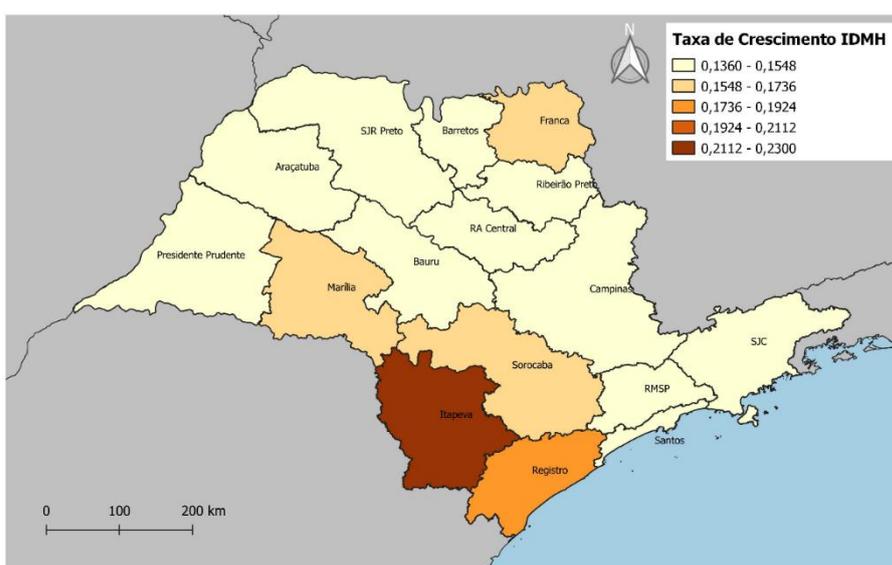
Figura 1: IDH-M – Municípios do Estado de São Paulo – 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de PNUD.

Nas últimas décadas, o Estado ficou “menos desigual”. A Figura 2 mostra que as regiões mais pobres foram as que tiveram o maior crescimento do IDH, refletindo a queda da desigualdade entre as regiões, resultado dos programas de combate à pobreza implementados nos níveis federal e estadual, e do aquecimento da economia até 2013.

Figura 2: Variação do IDH-M – Regiões Administrativas do Estado de São Paulo (2000-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de PNUD.

São Paulo possui o maior PIB do país, e que corresponde a mais de 32% do PIB brasileiro (2021). Somos um Estado tão representativo que o tamanho de sua economia é maior que a soma do PIB da Colômbia, Peru e Bolívia. Se fosse um Estado independente, São Paulo seria o 21º país mais rico do mundo. Seu PIB per capita (R\$ 52.992 em 2019) está entre os mais altos do Brasil, perdendo apenas para o Distrito Federal.

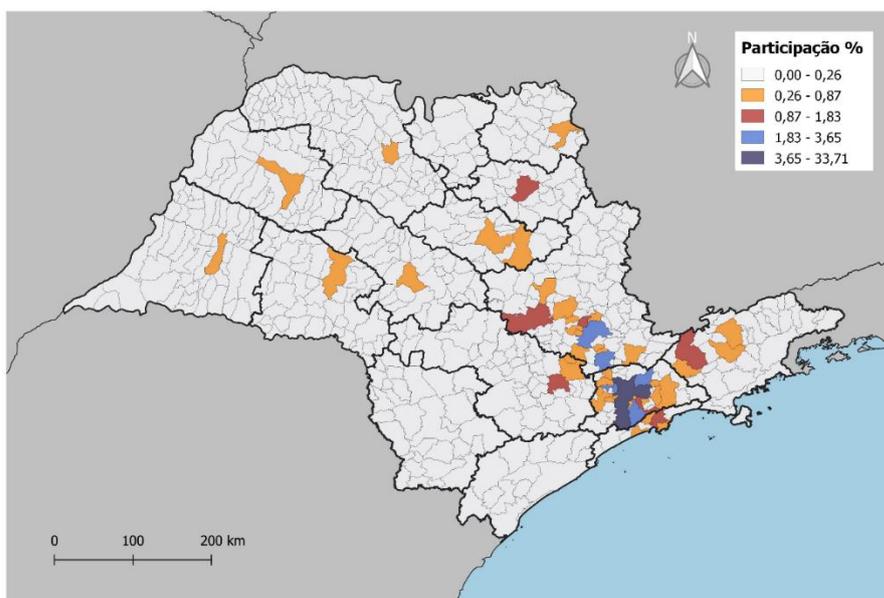
Nossa economia é composta por uma matriz diversificada e dinâmica, que se destaca no cenário nacional e internacional. A “capital financeira” da América Latina também é a grande produtora de suco de laranja e etanol, além de representar 46% da produção doméstica automobilística do país e a 3º maior fabricante de aviões do mundo.

São Paulo é líder global na produção de açúcar e álcool, etanol e laranja. Destaca-se também nas áreas metal-mecânica, têxtil, automobilística e aviação, sendo que atividades

de alta e média-alta intensidade tecnológica correspondem a 56% do valor da transformação industrial paulista. Para efeitos de comparação, no Brasil, esse valor chega a cerca de 30%. E em relação ao setor de serviços, este corresponde a 77% do valor total adicionado à economia do Estado, sendo o maior do país.

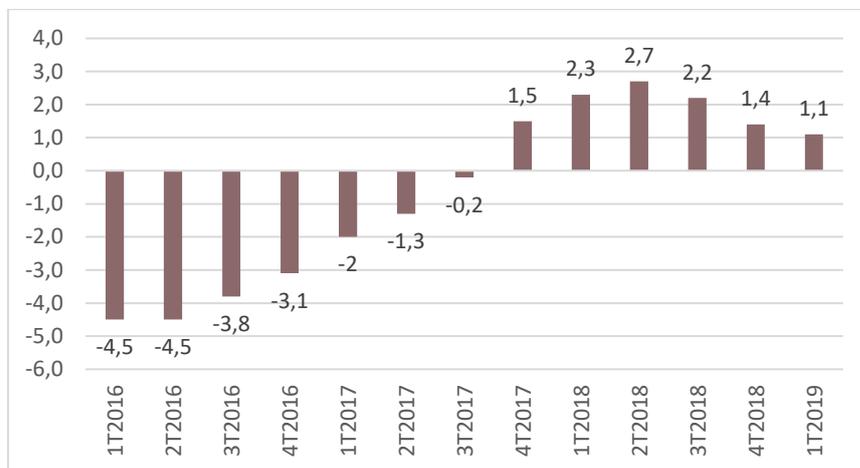
Apesar da relevância e do destaque que São Paulo vem apresentando no cenário nacional, o Estado também enfrenta desafios proporcionais ao seu nível de desenvolvimento. O principal desafio consiste em atenuar as disparidades econômicas do Estado, de forma a desenvolver diferentes regiões de acordo com suas potencialidades. Hoje, São Paulo concentra sua atividade econômica em poucos municípios, conforme Figura 3 abaixo.

Figura 3: Participação dos municípios no PIB do Estado de São Paulo (2019)



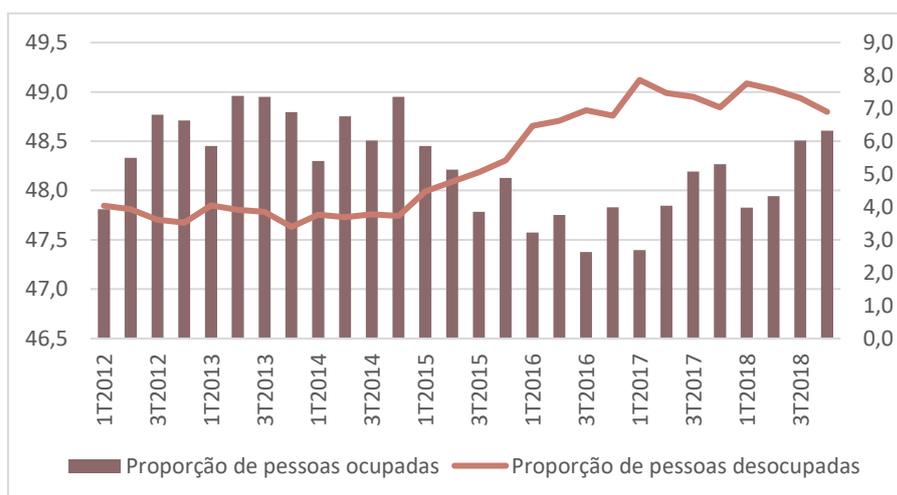
Fonte: Fundação SEADE e IBGE.

Até 2018, outro desafio vigente consistia em mitigar os efeitos da crise econômica que afetou o Brasil a partir de 2014. Depois de um período de crescimento econômico e melhoria dos indicadores sociais durante os períodos 2003 e 2013, o Estado de São Paulo enfrentou um período de recessão, apresentando leve recuperação a partir de 2017 (ver Gráfico 1), quando notamos um PIB com ritmo levemente superior sem, contudo, caracterizar uma recuperação mais vigorosa da atividade.

Gráfico 1: Taxa anualizada do PIB trimestral – Estado de São Paulo (2016-2019)

Fonte: Fundação SEADE

Nesse período, assim como o resto do país, o Estado enfrentou a desaceleração da economia e a diminuição dos postos de trabalho, com aumento do desemprego. A partir do primeiro trimestre de 2017, a economia apresentou leve melhora, com o aumento do número de pessoas ocupadas (Gráfico 2).

Gráfico 2: Taxa de ocupação e desocupação – Estado de São Paulo 2012-2018

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - contínua (PNADc), IBGE.

Apesar da aparente melhora a partir de 2017, ainda restava ao Estado o desafio de integrar formalmente ao mercado de trabalho a parcela da população que entrou nas estatísticas do desemprego e informalidade. Ainda que o número de ocupados tenha crescido desde

2017, chegando a 25,2 milhões de pessoas no terceiro quadrimestre de 2018, esse crescimento ocorreu principalmente entre os trabalhadores informais ou conta própria que buscam empreender frente às dificuldades no mercado formal. Segundo a PNAD, no 4º trimestre de 2018, a proporção de informais era cerca de 15%; indivíduos que trabalham por conta própria representavam 28% da força de trabalho, enquanto os formais eram 58%. Isso indicava a necessidade de fortalecimento do mercado de trabalho e de políticas voltadas aos empreendedores – especialmente os micro e pequeno empreendedores – como capacitações, crédito e desburocratização.

2.1. Breve contexto da Gestão

A gestão da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, de 2019 a 2021, teve como missão garantir um desenvolvimento econômico sustentável, inovador e inclusivo, por isso, as políticas públicas foram norteadas por cinco pilares: 1) Crescer e Investir, 2) Empregar e Capacitar, 3) Empreender, 4) Inovar e 5) Incluir.

Para fomentar a competitividade e produtividade do Estado, a diretriz da gestão foi de manter interlocução constante com o setor produtivo, de modo a melhorar o ambiente de negócios e agir para fomentar a sua produtividade, respeitando as vantagens e peculiaridades de cada região.

Se gerir um Estado tão importante e complexo já é uma tarefa e tanto, o período entre 2019 e 2021 trouxe consigo um desafio ainda maior: a pandemia da COVID-19.

Mesmo com todas as adversidades, o crescimento do PIB foi cinco vezes maior que o do Brasil nos últimos três anos (2019 até 2021): o avanço paulista foi de 7,5% contra 1,5% do país no mesmo período.

Já em relação à atração de investimento, foram mais de R\$ 208 bilhões atraídos pelo Governo de São Paulo nesta gestão, valor 22% superior ao triênio anterior (2016-2018), mesmo com a recessão global. Somente com o apoio da InvestSP - Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, foram atraídos mais de R\$ 25 bilhões em investimentos de 2019 até 2021, com geração de mais de 106 mil empregos.

Uma das principais consequências sociais da pandemia foi o aumento do desemprego e a desaceleração do setor de serviços, além do aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores informais. Com a vacina e com a retomada econômica, o Estado de São Paulo retomou seu patamar de atividade econômica, fechou 2021 com saldo positivo de vínculos empregatícios formais (ou seja, o número de admitidos no ano foi maior do que o número de demitidos) e ainda investiu na capacitação e formalização de empreendedores por necessidade, reduzindo sua insegurança institucional.

A pandemia também escancarou a realidade de desigualdades: mulheres, pretos, pardos, indígenas, jovens e pessoas com deficiência sofreram mais os impactos da crise. Por isso, estratégias de inclusão foram e são fundamentais, e essa gestão criou programas, priorizando as oportunidades para quem mais precisa.

No Bolsa do Povo Trabalho, nove em cada dez beneficiários são mulheres e seis em cada dez, negros, pardos e indígenas. Também foram priorizadas pessoas de baixa renda e alunos da rede pública em situação de vulnerabilidade.

A formação de profissionais foi um dos principais focos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico nos três anos de governo. Mais de 70% do orçamento da Pasta foram alocados em iniciativas relacionadas à educação, qualificação profissional e conexão com o mercado de trabalho. Um dos destaques foi aproximar o ensino profissionalizante dos estudantes do ensino médio das escolas estaduais e recém-formados nessa etapa da educação básica. São jovens que frequentemente não teriam acesso a uma formação profissional de qualidade de outro modo.

Assim, mais de 160 mil adolescentes cursaram, por exemplo, o ensino técnico e qualificação profissional em áreas como gestão e negócios, tecnologia da informação e comunicação e *design*.

De acordo com os dados levantados pelo Sistema de Microempreendedores Individuais da Receita Federal do Brasil, o estado de São Paulo ampliou negócios formalizados em quase 1,5 milhão de novos empreendedores; isso corresponde a uma média de 86 novas MEIs abertas no território paulista por hora!

Portanto, o fomento ao empreendedorismo foi uma das prioridades do Governo de São Paulo, com iniciativas relacionadas à melhoria do ambiente de negócios para o empreendedor paulista. As ações do Estado visaram a solucionar os principais desafios enfrentados durante a criação, administração e impulsionamento dos negócios, que estão relacionados, principalmente, à desburocratização de processos, obtenção de capital para o empreendimento, gestão financeira e acesso a plataformas digitais para venda de produtos. Com isso, houve recordes seguidos de abertura de empresas, atingindo os maiores valores desde 1998.

Com objetivo de garantir perenidade do protagonismo do Estado e preparar e adaptar a economia de São Paulo para o futuro, é crítico investir em Ciência, Tecnologia e Inovação. Para isso, a gestão procurou criar ambientes propícios para atração de investimentos (parques tecnológicos e centros de inovação) e geração de novas empresas, startups (incubadoras de empresas).

Outra tarefa prioritária foi contribuir para a aproximação do setor produtivo com os centros de conhecimento, tanto estadual quanto federal. Nos últimos três anos, o Estado de São Paulo aumentou em 41% os investimentos em CT&I com a realização de repasses financeiros às universidades estaduais (USP, Unesp e Unicamp) e à FAPESP.

Mas São Paulo não pode parar por aqui. A locomotiva do país precisa avançar e, com isso, aprimorar as políticas e ações vigentes, além de elaborar e implementar outras políticas a fim de melhorar nosso Estado.

Como visto, na gestão, um dos maiores objetivos do Desenvolvimento Econômico é qualificar pessoas e inserir mais empreendedores e trabalhadores na economia paulista. Mas, infelizmente, muitos ainda se encontram em situação de extrema vulnerabilidade, e as necessidades urgentes precisam de amparo imediato. Além disso, a pandemia escancarou a realidade de desigualdades, mulheres, pretos, pardos, indígenas, jovens e pessoas com deficiência sofreram mais os impactos da crise. Por isso, estratégias de inclusão são fundamentais, e essa gestão criou programas priorizando as oportunidades para quem mais precisa. No Bolsa do Povo Trabalho, nove em cada dez beneficiários são

mulheres e seis em cada dez, negros, pardos e indígenas. Também foram priorizadas pessoas de baixa renda e alunos da rede pública em situação de vulnerabilidade.

2.2. Vocação x Futuro: respeitar vocações, mas desenvolver novas aptidões

É muito utilizada, nas discussões sobre planejamento, a ideia de que as regiões têm vocações e que é a partir delas que se deve procurar a superação dos entraves que lhes restringem o crescimento econômico. O que se chama de vocação é o resultado de como cada área respondeu aos desafios do crescimento econômico no passado, explorando suas vantagens comparativas.

Embora seja um ativo importante, a vocação pode ser potencializada, mas não necessariamente será uma boa escolha estratégica para o futuro.

A estratégia de futuro deve respeitar as vocações, procurar aumentar a vantagem comparativa nos produtos historicamente fundamentais para o país ou região, porém olhar além, buscar novos horizontes, novas alternativas. O futuro não respeita vocações. Exige mudança, flexibilidade, inovação. Exige que se desenvolvam novas aptidões, que possam atender aos anseios dos sistemas econômicos no futuro.

Não se trata de ignorar ou abandonar as atividades que propiciaram condições de sucesso no passado. Trata-se de vislumbrar aquelas com capacidade de sucesso no futuro. Para que isso ocorra, é necessário desenvolver as aptidões necessárias para sucesso nas condições de mudança que o mundo exige, com novos produtos, novos processos produtivos, novas formas de organização, etc. O espaço de oportunidades nesse novo futuro pode estar muito distante daquele observado até o presente, que viabilizou o sucesso então alcançado. Não há garantias de que as vantagens demonstradas no passado possam gerar alguma vantagem no futuro.

É necessário desenvolver as aptidões necessárias para que o Estado de São Paulo se mantenha competitivo nas atividades do futuro, com suas regiões fortalecendo as atividades tradicionalmente importantes, mas desenvolvendo alternativas vencedoras no

âmbito da nova economia mundial. Isso implica não apenas respeitar as vocações, mas também superá-las, desenvolvendo novas aptidões.

Esta é a preocupação estratégica do Plano: não se limitar apenas a mudanças incrementais, o que se obteria concentrando esforços nas vocações, mas pensar em que tipo de desenvolvimento o Estado quer e precisa, considerando o desejo de sua população e incorporando os desafios que o mundo impõe hoje. Ousar e desenvolver novas aptidões, para que se façam mudanças significativas: **uma Grande Transformação**.

3 COMO O PLANO FOI DESENVOLVIDO?

O Plano de Desenvolvimento Econômico, cujo intuito é promover crescimento sustentado do PIB paulista ao identificar gargalos setoriais, sociais, ambientais e territoriais do Estado, bem como suas potencialidades, e subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, foi elaborado a partir de dois instrumentos complementares: uma metodologia econômico-matemática, capaz de realizar análises multissetoriais e inter-regionais, e um processo participativo, no qual a população do Estado pôde opinar sobre o desenvolvimento de São Paulo para os próximos 20 anos.

Os dois instrumentos são descritos a seguir:

3.1. Processo participativo e a importância das múltiplas dimensões do desenvolvimento

O processo participativo foi uma significativa ferramenta democrática de transparência, colaboração e pactuação entre atores e foi concebido como importante passo para participação da população nas questões de interesse coletivo, ampliando a discussão sobre o assunto e embasando as decisões sobre formulação e definição de políticas públicas – promovendo, assim, uma construção participativa a partir da inclusão dos mais diversos segmentos sociais.

A partir dessa etapa, foram identificadas as percepções e avaliações da sociedade paulista sobre os problemas socioeconômicos e socioambientais do Estado, através de consulta pública sobre a importância atribuída às dimensões mais importantes do desenvolvimento.

A pesquisa com questionários foi realizada entre 24 de maio e 26 de julho de 2021, sendo que 1271 pessoas preencheram os questionários, abrangendo 243 municípios paulistas, com todas as regiões administrativas representadas. Além da solicitação de preenchimento do questionário quantitativo, os participantes tiveram oportunidade de se manifestar sobre aspectos qualitativos da temática envolvida no trabalho. A riqueza das respostas fornece subsídios aos planejadores para ajustar os instrumentos de maneira a incorporar os aspectos que se revelaram mais atrativos para os cidadãos consultados.

Os resultados detalhados são muito ricos em revelar as percepções desse conjunto de cidadãos com respeito ao desenvolvimento econômico do Estado e podem ser consultados em todos os detalhes em *site* a ser definido pela SDE. Apenas alguns destaques são apresentados aqui.

A análise qualitativa foi aplicada às respostas a quatro questões fundamentais sobre o desenvolvimento econômico, e as respostas são apresentadas a seguir:

Questão 1: Como o desenvolvimento econômico pode melhorar sua qualidade de vida?

O tema refere-se à melhoria da qualidade de vida da população nas cidades e regiões do Estado, principalmente aos aspectos relacionados a: geração de mais oportunidades, empregos e renda; redução de desigualdades sociais; desenvolvimento econômico sustentável (ressaltando questões não só econômicas, como também sociais e ambientais); e melhoria de serviços públicos, como segurança, educação, infraestrutura e transporte.

Questão 2: Existem desvantagens do desenvolvimento econômico para sua qualidade de vida?

Busca-se avaliar a importância de um desenvolvimento econômico sustentável nas cidades e regiões do estado, principalmente no que diz respeito aos aspectos relacionados a reduzir potenciais impactos negativos em termos ambientais e socioeconômicos e a gerar impactos socioeconômicos e ambientais positivos.

Questão 3: Como deveria ser o desenvolvimento econômico do Estado para melhorar sua qualidade de vida nos próximos 20 anos?

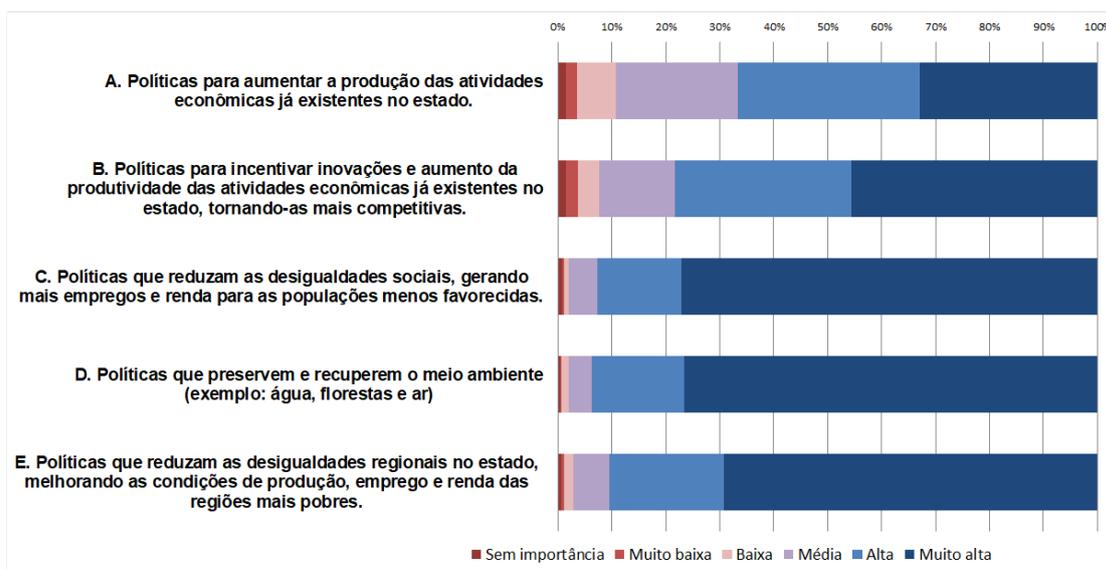
O tema destacado nas respostas refere-se à necessidade de um desenvolvimento econômico sustentável, priorizando a conservação do meio ambiente e os investimentos em educação, cultura e saúde.

Questão 4: Quais políticas o governo estadual deveria implementar para promover o crescimento econômico do Estado de São Paulo?

Essa pergunta foi composta por um campo fechado para priorização das políticas apresentadas e um campo aberto para complementar com sugestões. Apresentam-se inicialmente os resultados referentes às sugestões apresentadas.

Os resultados obtidos para a pergunta fechada indicam o grau de importância que os respondentes atribuíram às políticas relacionadas a cada dimensão do desenvolvimento econômico considerada na análise quantitativa desenvolvida no âmbito do Plano. A Figura 1 apresenta as frequências com as quais os graus de importância foram atribuídos a cada dimensão.

Figura 1: Importâncias atribuídas pelos participantes



Fonte: IPT, Diagnóstico Participativo para o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

As respostas apresentadas permitiram atribuir importância relativa quantitativa às grandes dimensões do desenvolvimento consideradas (Quadro 1).

As dimensões que receberam maior importância dos respondentes foram “Preservar e recuperar o ambiente”, com peso de 21,4%, e “Reduzir as desigualdades sociais, gerando mais empregos e renda para as populações menos favorecidas”, esta com peso de 21,3%. Em terceiro lugar, aparece a dimensão “Reduzir as desigualdades regionais no Estado, melhorando as condições de produção, emprego e renda das regiões mais pobres”, com peso de 20,8%.

Note-se que essas três dimensões destacadas pelos respondentes se situam no âmbito das desigualdades e da sustentabilidade ambiental, assumindo um peso agregado de 63,5%, quase dois terços, deixando as questões estritamente econômicas com apenas 36,5% do peso. Entre essas últimas, “Incentivar inovações e aumento na produtividade das atividades econômicas já existentes no Estado, tornando-as mais competitivas” aparece com importância ligeiramente maior do que “Aumentar a produção das atividades econômicas já existentes no Estado”: 18,8% e 17,6%, respectivamente.

Quadro 1: Importâncias atribuídas às dimensões do desenvolvimento

Importância

Aumentar o nível da atividade econômica no presente, com ênfase em:	17,6%
Setores com grande volume de produção	3,2%
Setores com grande contribuição para a arrecadação de impostos	2,8%
Setores com grandes efeitos multiplicadores sobre a produção em outros setores	7,6%
Setores com grandes efeitos multiplicadores sobre o emprego em outros setores	4,0%
Aumentar a competitividade futura do Estado, com ênfase em:	18,8%
Setores que mais exportam	2,3%
Setores com grande crescimento no comércio mundial	3,1%

Importância

Setores que transacionam com outros estados brasileiros	2,0%
Facilitar o aumento da produtividade	3,2%
Promover o aumento da escolaridade da força de trabalho	2,7%
Promover o emprego de mão de obra em atividades sofisticadas	2,4%
Facilitar o uso de ocupações com alto potencial inovativo	3,1%
Reduzir as desigualdades sociais e regionais no Estado	42,1%
Reduzir as desigualdades sociais, com ênfase em:	21,3%
Gerar empregos no Estado como um todo	5,4%
Reduzir a desigualdade de renda	5,6%
Aumentar a participação das mulheres no emprego estadual	3,8%
Aumentar a participação de negros no emprego estadual	3,3%
Aumentar as oportunidades de trabalho para jovens	3,2%
Reduzir as desigualdades regionais, com ênfase em:	20,8%
Reduzir a importância da Região Metropolitana de SP no PIB estadual	3,5%
Aumentar a participação das regiões menos desenvolvidas no PIB estadual	7,4%
Reduzir a desigualdade regional no Estado como um todo	9,9%
Melhorar as condições ambientais no Estado, com ênfase em:	21,5%
Reduzir as emissões de CO ₂	7,5%
Reduzir o uso de água nos processos produtivos	8,2%
Reduzir o consumo de energia de todas as fontes	5,8%

Fonte: IPT, Diagnóstico Participativo para o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, para as cinco grandes dimensões; Levantamentos feitos por questionários com técnicos do governo estadual e alunos de pós-graduação em economia regional de todo o Brasil para os subitens em cada grupo.

Por fim, a parte mais interessante da junção de metodologias tão distintas é o fato de que as respostas do processo participativo viraram pesos para que a parte econômico-matemática da metodologia pudesse ponderar suas análises com base nas preferências da população para o futuro do seu Estado.

Assim, esse painel de pesos (Quadro 1), refletindo a ponderação oriunda do processo participativo, é em seguida utilizado para a obtenção dos resultados apresentados na próxima seção.

3.2. Modelos de análise multissetorial e inter-regional: trajetórias esperadas da economia estadual

A parte mais complexa dos instrumentos utilizados - modelagem de análise multissetorial e inter-regional - se originou da ideia de conseguir uma ferramenta que proporcionasse ao Governo do Estado de São Paulo a possibilidade de “simular o futuro”. Como isso acontece?

A “simulação do futuro”, nesse caso, é realizada a partir da construção de cenários, que são elaborados por meio de uma Matriz de Insumo-Produto (MIP). A MIP é uma espécie de “fotografia” das relações produtivas para um determinado nível territorial, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É justamente a partir dessa matriz que os modelos empregados neste Plano podem ser multissetoriais, já que a matriz contempla todas as atividades dos setores econômicos, e inter-regional, uma vez que este pode ser estimado para qualquer nível territorial – para um estado, uma região, um município ou do país inteiro.

Para isso, foi criada uma MIP específica retratando o Estado de São Paulo – o que é possível a partir da aplicação de modelagem econômica, especificamente fundamentada na utilização de um modelo de Equilíbrio Geral Dinâmico Estocástico (DSGE).

Para este Plano, foram utilizados dois modelos econômicos multissetoriais e multirregionais para fins de simulação de políticas espaciais que permitiram avaliar *ex-ante* seus potenciais efeitos sobre os setores econômicos, os Polos de Desenvolvimento e as regiões do Estado de São Paulo: um modelo inter-regional de insumo-produto (IIP) e um modelo inter-regional de equilíbrio geral computável (IEGC) estático.

Esses modelos, construídos a partir da MIP, foram adequados de forma a incorporar variáveis relevantes para o caso do Estado de São Paulo. Essas variáveis foram especificadas pelos especialistas da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) após rodadas de conversas com secretários e técnicos de outras secretarias de interesse para o Plano. Além disso, os resultados obtidos a partir do processo de mobilização social foram incorporados nos modelos como forma de “peso”. Ou seja: os interesses da população foram computados como forma de ponderação para o direcionamento dos objetivos e ações propostas por este Plano.

Podemos, por meio dessa metodologia, estimar os impactos de hipóteses sobre o futuro das economias brasileira e paulista. Os impactos são avaliados em termos setoriais, regionais, distributivos e ambientais, permitindo-se identificar os resultados sobre diferentes indicadores. São considerados não apenas os efeitos iniciais diretos, mas também os efeitos indiretos e induzidos (o que chamamos de “choques”).

Esses “choques” são, de maneira simplificada, mudanças induzidas no modelo a fim de simular como reagiria a economia e, por conseguinte, pensar e planejar ações condizentes com os choques e os resultados obtidos a partir deles. As simulações de cenário, por sua vez, consistem na modulação das variáveis disponíveis nos modelos; de forma simplificada, cada alteração em uma ou mais variáveis produz um efeito distinto na economia como um todo, indicando como a economia se comporta quando fatores são alterados. Os resultados obtidos a partir dessas simulações são, juntamente à série de entrevistas realizadas, os principais insumos balizadores para elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico.

Assim, dispomos de capacidade técnica para observar efeitos e fluxos, como, por exemplo, parte dos efeitos de gastos realizados em uma região poderá transbordar para outras regiões, por meio dos fluxos de importações e exportações inter-regionais, implicando efeitos territoriais.

À mão os modelos e matrizes, conseguimos projetar i) os rumos da economia paulista para 2040, considerando o cenário atual, que chamamos de “Cenário Tendencial”, e ii) uma trajetória alternativa, obtida a partir de choques com objetivo de aumentar o PIB em 4% ao ano, respeitando o meio ambiente, promovendo a inovação tecnológica e mitigando as desigualdades existentes no Estado, que chamamos de “Cenário Transformador”.

3.3. Premissas dos cenários

Delinear as premissas para os cenários para a economia paulista no período 2022-2040 é tarefa imprescindível. As principais premissas estão ancoradas em variáveis, como comportamento de agregados macroeconômicos, mudanças tecnológicas e de preferências, projeções demográficas, alterações nos cenários internacional e nacional e informações sobre a tendência de investimentos setoriais, em consonância com estudos balizadores e estudos de apoio.

Segue abaixo o resumo das variáveis e o quadro contendo os principais conjuntos de premissas dos cenários Tendencial e Transformador.

- **Produtividade do trabalho:** baseada em dados históricos sobre a evolução da produtividade do trabalho e mediante projeções baseadas em estimativas que incorporam mudanças no perfil de escolaridade da população.
- **Estrutura de consumo:** o comportamento de mobilidade social é adotado para incorporar mudanças que impactam a estrutura do consumo das famílias, cujas informações são provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que diagnostica a qualidade de vida da família brasileira com base, principalmente, no seu orçamento doméstico. Como diferentes classes de renda apresentam diferentes padrões de consumo, os cenários de mobilidade social geram mudanças nas composições dos domicílios ao longo do tempo e, conseqüentemente, alterações no padrão médio de consumo das famílias.
- **Mudanças de Produtividade Total dos Fatores (PTF) da indústria, setor primário e serviços:** um elemento fundamental nas projeções é a produtividade, especialmente sobre a sua evolução setorial. Utilizando-se dos resultados do projeto “Opções de Mitigação”⁴, obtiveram-se estimativas da produtividade para três grandes setores de atividade econômica (primário, secundário e terciário), mapeados para os setores do modelo.
- **Convergência tecnológica e intensidade energética:** o elemento utilizado é o de hipótese de convergência moderada para coeficientes técnicos nos insumos, assumindo as

⁴ Disponível em: <https://csr.ufmg.br/opcoesdemitigacao/publicacao-completa>.

projeções das matrizes de insumo-produto dos EUA (economia líder) até 2040 para definir trajetórias de mudanças técnicas no período de projeção. Como a estrutura produtiva americana situa-se na fronteira tecnológica, a premissa de convergência assume que os setores nacionais devem acompanhar moderadamente essas mudanças técnicas buscando aproximar seus padrões de competitividade.

Quadro 2: Resumo das premissas e resultados dos cenários

	Cenário de Referência (Tendencial)	Cenário Alternativo (Transformador)
Premissas transversais		
Produtividade do trabalho^(a)	No cenário tendencial, incorpora ganhos de produtividade vinculados às mudanças na escolaridade populacional, representando aumentos na eficiência do fator trabalho.	No cenário alternativo, interage com suas premissas, propiciando consistência entre a estrutura setorial de consumo e o cenário de mobilidade social.
Preferências de consumo^(b)	No cenário tendencial, incorpora mudanças no padrão de consumo das famílias baseadas em cenário de mobilidade social, capturando os efeitos das alterações na distribuição de renda.	No cenário alternativo, interage com suas premissas, propiciando consistência entre a estrutura setorial de consumo e o cenário de mobilidade social.
Produtividade setorial^(c)	No cenário tendencial, incorpora mudanças na PTF setorial que representam os efeitos de eficiência no uso de fatores produtivos ligados ao processo de mudança tecnológica.	No cenário alternativo, interage com suas premissas, propiciando consistência entre a estrutura setorial de consumo e o cenário de mobilidade social.
Eficiência energética^(d)	No cenário tendencial, os coeficientes técnicos de insumos convergem moderadamente para a trajetória de mudanças tecnológicas da economia americana.	No cenário alternativo, interage com suas premissas, propiciando consistência entre a estrutura setorial de consumo e o cenário de mobilidade social.
Consumo do governo	Em ambos os cenários, o comportamento do consumo do governo é consistente com a regra de teto dos gastos, assumindo crescimento nulo das despesas públicas até 2037.	
Premissas específicas		

Mudanças em relação ao cenário tendencial	Ancoragem do PIB nacional ao estudo “Opções de Mitigação” ^(e) , incorporando o efeito das premissas transversais isoladamente em relação aos outros dois cenários.	Cenário projetado, assumindo incrementos na produtividade setorial paulista em conformidade com o PDE-SP. Esse efeito é incorporado adicionalmente às premissas transversais do cenário tendencial, capturando o efeito potencial de eficácia econômica do PDE-SP.
Resultados		
Crescimento anual médio do PIB paulista 2022-2040	2,55% a.a.	4,01% a.a.

Fonte: FIPE

Notas: PTF = produtividade total dos fatores. PDE = Plano de Desenvolvimento Econômico de Longo Prazo de São Paulo. ^(a) Ver Tabela 1. ^(b) Ver Tabela 2. ^(c) Ver Tabela 3. ^(d) Ver Tabela 4. ^(e) Disponível em: <https://csr.ufmg.br/opcoesdemitigacao/publicacao-completa>

3.4. Resultados dos Cenários

Cenário Tendencial

Os resultados do cenário para São Paulo mostram um crescimento acima da média nacional e, portanto, do restante do Brasil. Importante ressaltar que esse resultado é obtido sem que se tenham inserido choques regionais específicos de produtividade ou de investimentos associados ao Plano. Disso, conclui-se que a conjuntura da economia brasileira no Cenário Tendencial gera um efeito positivo na economia paulista, o que acaba reverberando no crescimento das demais regiões do país.

Tabela 1: Cenário Tendencial para a economia brasileira

Período	PIB	Consumo das Famílias	Investimento	Consumo do Governo	Exportações
2022-25	2,70	3,56	3,91	0,00	2,20
2026-30	2,50	2,71	5,56	0,00	1,86
2031-35	2,30	2,40	5,14	0,00	1,56
2036-40	2,10	2,08	4,12	1,22	1,26
2022-40	2,38	2,64	4,72	0,33	1,69

Fonte: FIPE

Nota: Cenário considera variação percentual real anual.

Após 2020, a economia do Estado de São Paulo cresce acima da média nacional, acumulando cerca de 60% de crescimento no período, enquanto o crescimento do restante do país é de 48% e do país como um todo, 53%. Esse diferencial de crescimento implica que a economia paulista alcança 34% do PIB nacional em 2040, o que representaria um ganho de 0,9 ponto percentual de participação em relação a 2018.

A taxa média de crescimento da economia paulista é de 2,55% a.a. de 2022 a 2040, com taxas mais aceleradas de 2022 a 2030 (acompanhando o cenário nacional). O componente mais dinâmico do PIB paulista é o investimento, especialmente de 2026 a 2030.

Tabela 2: Cenário Tendencial para a economia de São Paulo

	2022-25	2026-30	2031-35	2036-40	2022-2040
PIB	2,88	2,69	2,50	2,20	2,55
Consumo das Famílias	4,15	3,17	2,72	2,01	3,01
Investimento	4,29	6,01	5,43	4,11	4,96
Consumo do Governo	0,00	0,00	0,00	1,05	0,26
Exportações	2,01	1,82	1,53	1,16	1,63
Importações	4,00	4,03	4,01	3,85	3,97

Fonte: FIPE

Nota: Cenário considera variação percentual real anual.

Por fim, nota-se que, mesmo no Cenário Tendencial, o Estado de São Paulo mantém uma trajetória ascendente, importante para o Brasil como um todo. Contudo, a despeito do

prognóstico, a manutenção da trajetória da economia estadual, em si, não contempla o objetivo de **promover crescimento sustentado do PIB em 4% ao ano até 2040**, nem a promoção de mudanças estruturais importantes, considerando outros fatores para seu desenvolvimento, não apenas as variáveis econômicas.

Como forma de contemplar tanto o crescimento sustentado da economia quanto os três principais eixos deste Plano, elaborados para tornar o Estado **mais forte economicamente, menos díspar regionalmente, menos iníquo socialmente e mais sustentável ambientalmente**, foi elaborado um cenário alternativo, Transformador, que considera choques para elevação do PIB e promoção dos eixos deste Plano. Os resultados vêm a seguir.

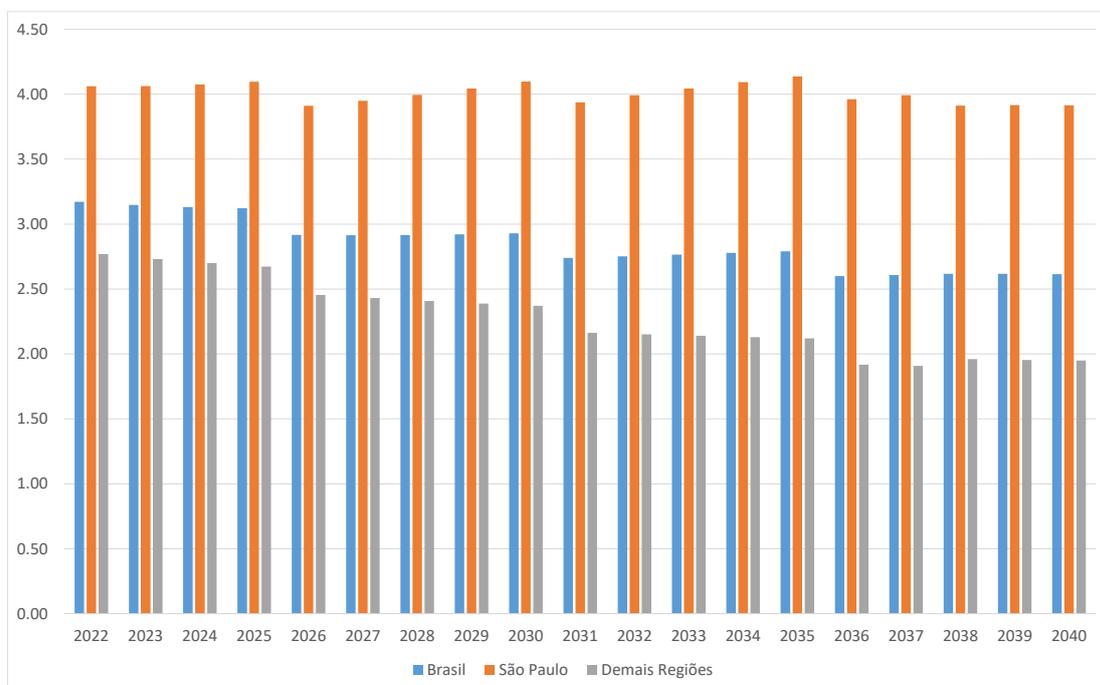
Transformador

A trajetória econômica de São Paulo no contexto de um cenário de política que assume choques adicionais de produtividade setorial na cadeia produtiva paulista, de forma a se obter o resultado de crescimento almejado de 4% a.a. do Estado de 2022 a 2040, pode ser projetada a partir das mesmas ferramentas utilizadas para geração do cenário de referência.

O Cenário Transformador gera crescimento médio de 4% a.a. para a economia paulista, por meio de choques adicionais de produtividade. Esses choques e os efeitos desencadeados geram não só crescimento da economia, como certo deslocamento de fatores (embora efeito positivo sobre a economia do resto do Brasil seja observado).

O gráfico da Figura 3 mostra que a economia paulista cresce acima da média da economia brasileira, que apresenta uma taxa média de 2,84% a.a. Já o restante do país cresce em média 2,28% a.a. Essas taxas de crescimento implicam que a economia paulista aumentaria sua participação no PIB nacional para 40,6% em 2040, representando um ganho de 7,4 pontos percentuais de participação em relação a 2020.

Figura 3: Cenário alternativo para o Estado de São Paulo e Demais Regiões do Brasil 2022-2040



Fonte: FIPE

Nota: Cenário considera variação percentual real anual.

O principal impacto dos ganhos de produtividade é a aceleração do investimento na economia paulista, como se observa na Tabela 3. O consumo das famílias também se mostra mais dinâmico, pela própria expansão da renda da economia.

Tabela 3: Cenário econômico: São Paulo e restante do Brasil 2022-2040

	SÃO PAULO	DEMAIS REGIÕES DO BRASIL	BRASIL
PIB	4,01	2,28	2,84
Consumo das Famílias	3,97	2,74	3,09
Investimento	6,26	4,52	5,03
Consumo Governo	1,27	0,55	0,67
Exportações	2,42	2,13	2,22
Importações	4,56	3,69	4,00

Fonte: FIPE

Nota: Cenário considera variação percentual real anual.

A partir das simulações realizadas, os resultados desse cenário alternativo convergem para o objetivo deste Plano; os choques realizados nas simulações apontam para um conjunto de ações a serem adotadas pelo Estado de São Paulo. Apresentamos a seguir as ações propostas pelo Plano de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Ainda que a lista de ações não seja exaustiva, esta deve ser compreendida como uma bússola que guiará o Estado rumo a 2040.

4 TENDÊNCIAS OBSERVADAS PARA UMA TRANSIÇÃO ECONÔMICA SUSTENTÁVEL, INCLUSIVA E INOVADORA

4.1. Eixo 1: Desenvolvimento Econômico Sustentável

“Um alerta vermelho para a humanidade”⁵. Foi assim que Antonio Guterres, secretário-geral da ONU, reagiu a estudos recentes sobre mudança climática publicados pelo IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), órgão que revisa anualmente publicações científicas sobre clima e serve como referência sobre o estado da mudança climática para a ONU, governos, empresas e atores da sociedade civil, globalmente.

Os estudos⁶ passam uma mensagem clara: na trajetória atual, o aquecimento global causado pela ação humana causará impactos profundos na habitabilidade do planeta a menos que ações drásticas sejam adotadas rapidamente. Mais do que isso, reconhecem que impactos no clima já estão acontecendo e que calamidades climáticas mundo afora já estão ligadas à ação humana.

Segundo o IPCC, “é inequívoco”⁷ que a ação humana já vem aquecendo o planeta e que esse aquecimento tem uma relação direta com a ampliação da frequência e intensidade de eventos, como extremos de calor, períodos de secas, ciclones tropicais, chuvas pesadas e reduções no gelo Ártico. Para além do sinal de alerta no futuro, os estudos também

⁵ Disponível em: <news.un.org/en/story/2021/08/1097362>. Acesso em 04.03.2022

⁶ IPCC, 2021: Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [MassonDelmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T.K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. In Press.

⁷ Idem.

reconhecem que a mudança climática induzida por humanos já está afetando extremos meteorológicos em todas as regiões do planeta.

O alinhamento global que vem se consolidando em torno da importância e emergência da questão climática tem sido traduzido em consensos sobre o que será necessário para enfrentar a crise climática e evitar suas piores consequências. Como símbolos e síntese das ações necessárias para esse enfrentamento, a comunidade internacional passou recentemente a utilizar dois marcos: emissões líquidas zero, ou *net-zero*, e aquecimento de 1,5°C.

O primeiro marco, *net-zero*, comunica que, para evitar os piores efeitos da emergência climática, o mundo deve reduzir ampla e rapidamente⁸ suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) a um zero líquido até o ano de 2050, e preferencialmente antes disso. Isso implica reduzir ao máximo as emissões atuais em sistemas energéticos, de uso da terra, urbanos, de infraestrutura e industriais, e compensar através de métodos de captura de carbono as emissões residuais restantes.

Atingir esse objetivo *net-zero* fará com que o aquecimento da temperatura média se limite a 1,5°C acima de níveis pré-industriais. O IPCC indica que limitar o aquecimento a esse ponto fará com que os piores efeitos das mudanças climáticas não se concretizem⁵. Os estudos apontam também que, hoje, a temperatura média já está 1°C acima dos níveis pré-industriais.

A pequena margem disponível para evitar os piores efeitos da crise climática, de apenas 0,5°C, revela a urgência do desafio e como as próximas décadas serão uma janela de oportunidade breve e crítica para assegurar um futuro habitável e sustentável globalmente.

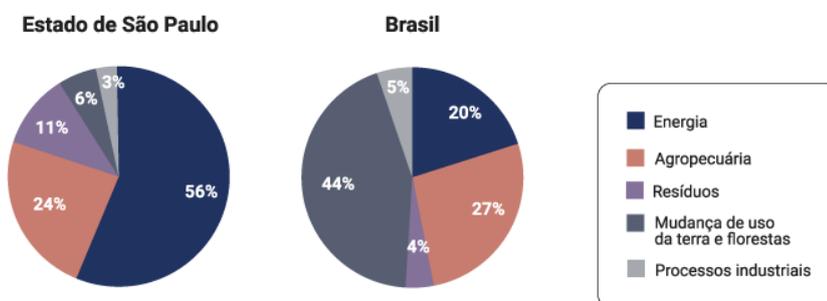
Reconhecendo os desafios apresentados pela emergência climática, o Estado de São Paulo assumiu o compromisso de alcançar emissões líquidas zero, ou *net-zero*, de GEE até 2050,

^{8,5} IPCC, 2018: Summary for Policymakers. In: Global warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty [V. Masson-Delmotte, P. Zhai, H. O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P. R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J. B. R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M. I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor, T. Waterfield (eds.)]. World Meteorological Organization, Geneva, Switzerland, 32 pp.

aderindo em 20 de julho de 2021 à campanha da ONU **Race to Zero** através do decreto nº 65.881. Esse compromisso alinha o Estado com cenários de redução de emissões de GEE que limitam o aquecimento global a 1,5°C.

A redução de emissões é a base para concretizar a visão de desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo: ser uma liderança global na economia sustentável, com empresas de ponta em sustentabilidade, e, por isso, mais competitivo e com alto crescimento; investir em tecnologias verdes aplicadas para a transição econômica do Estado e também exportar esse capital intelectual; gerar novos empregos de qualidade nas indústrias verdes e capacitar sua força de trabalho com as novas competências exigidas por elas; garantir que os cidadãos do Estado estejam amparados frente aos impactos das mudanças climáticas que ocorrerão, com atenção especial aos que estarão mais vulneráveis.

Principais Fontes de Emissão de Gases do Efeito Estufa



Fonte: Elaboração própria adaptado do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Acesso em mar/2022.

Atingir o objetivo de emissões *net-zero* até 2050 exigirá uma transformação profunda das cadeias de produção no Estado de São Paulo, em especial no setor de energia – em que o subsetor com mais emissões é o de transporte de cargas e passageiros – e o de agropecuária, principais fontes de GEE no âmbito estadual. Como as emissões de GEE são um fenômeno cumulativo, endereçar a transição econômica desses setores é o passo de maior impacto no Estado para contribuir com a restrição do aquecimento global.

Além de direcionar atenção para as principais fontes de GEE, um grande esforço será necessário para descarbonizar setores em que se projetam altos custos para implantar uma estrutura de produção sustentável. Esses setores, usualmente chamados de “*hard to abate*”, incluem indústrias, como o aço, cimento e aviação, em que as estimativas atuais indicam ser necessários investimentos vultosos ou uso de tecnologias ainda não disponíveis em escala para reduzir emissões. Chegar ao *net-zero* no Estado de São Paulo requererá equacionar o caminho de descarbonização de todos os setores produtivos, incluindo esses setores “*hard to abate*”.

Assumindo um papel de liderança na transição para uma economia sustentável, o engajamento do Estado de São Paulo não se restringirá apenas a suas fronteiras. O Estado terá um papel importante na transição verde do Brasil, apoiando outros entes subnacionais nessa jornada.

O Estado de São Paulo, ao avançar em sua agenda de transição econômica, terá a oportunidade de servir como referência para outros entes subnacionais no Brasil e no mundo, que também terão de trilhar o mesmo caminho. Trocas de experiências, apoio técnico e compartilhamento de casos de sucesso do Estado serão valiosos nesse processo.

Liderar a transição para uma economia sustentável requererá um enorme esforço, mas os riscos e custos de ficar para trás serão ainda maiores. Sem deixar de reconhecer a escala do desafio e os custos de transição do Estado para uma economia *net-zero*, o Estado de São Paulo também vê que esse processo abrirá numerosas oportunidades para o desenvolvimento econômico e a melhoria na qualidade de vida da população.

As novas indústrias sustentáveis que estão surgindo trarão consigo numerosos “empregos verdes”, e um estudo recente aponta que esses serão mais numerosos do que os empregos que devem ser perdidos em indústrias de altas emissões⁹. Posicionar o Estado de São Paulo como líder em mudanças climáticas atrairá essas empresas e esses empregos para o território.

⁹ McKinsey Global Institute, 2022: Report: The net-zero transition, what it would cost, what it could bring

A economia global também acompanhará esse movimento de transição, e fatores como as taxas de carbono, que começam a ser aplicadas mundo afora, e mudanças nas preferências de compra de consumidores para produtos sustentáveis movimentarão estruturalmente os fluxos de capital e comércio internacionais. Os pioneiros que abraçarem mais habilmente a transição econômica poderão absorver esses novos fluxos de capital e comércio, ocupando espaços que hoje podem ser indisponíveis. Um campo produtivo com empresas na vanguarda da sustentabilidade passará a ser, cada vez mais, um diferencial competitivo.

Os frutos de um desenvolvimento sustentável não estão apenas no futuro, e as oportunidades já existentes para líderes climáticos começam a ser reconhecidas. Um estudo recente¹⁰ do Fórum Econômico Mundial indica que empresas pioneiras na transição climática podem “atrair e reter talentos superiores, alcançar maiores taxas de crescimento, reduzir custos, evitar riscos regulatórios e acessar capital mais barato”.

Atingir o *net-zero* no Estado de São Paulo e no mundo até 2050 exigirá um esforço coletivo sem precedentes. Para alcançar essa meta, todas as cadeias de valor terão de se transformar profundamente em aspectos como uso de energias renováveis, transição para matérias-primas com menor pegada de carbono e uso de tecnologias para aumentar a eficiência de processos produtivos.

Uma ilustração dessas transformações que ocorrerão em todos os setores pode ser feita utilizando o setor automotivo: os combustíveis hoje utilizados terão de ser substituídos por alternativas limpas, como motores elétricos e/ou biocombustíveis. O aço utilizado em carrocerias precisará ser produzido com novas tecnologias de baixas emissões, como forno de arco elétrico e/ou uso intensivo de sucata. Os pneus precisarão reduzir sua pegada de carbono, utilizando matérias-primas alternativas e/ou aumentando drasticamente sua eficiência e durabilidade com mudanças de design e tecnologia.

A ilustração da indústria automotiva também revela outro aspecto importante da transição econômica: as tecnologias que despontarão como melhores alternativas para redução de

¹⁰ World Economic Forum, Boston Consulting Group, 2022: Report: Winning the race to net-zero

emissões ainda não são totalmente conhecidas; mas o que já é certo é que todos os setores precisarão passar por transformações de grande magnitude, como a descrita.

O sucesso da transição para uma economia sustentável em São Paulo e no mundo requererá o protagonismo de governos, que deverão assumir diversos papéis, entre eles, o de alinhar setor privado e atores sociais em torno das mudanças necessárias, o de gerar incentivos e investimentos para acelerar a transição e o de garantir que os efeitos das mudanças climáticas e da transição econômica sejam mitigados.

Ao reconhecer a centralidade do desafio das mudanças climáticas, o Estado de São Paulo coloca-o no centro de seu modelo de desenvolvimento e, por consequência, nesse Plano de Desenvolvimento Econômico.

Em seu papel de articulador da transição, é importante que o Governo do Estado de São Paulo crie planos e metas claras de descarbonização, como já vem fazendo. Também é crítico que o Estado crie fóruns abrangentes para garantir o diálogo e alinhamento de entes privados com suas metas, estimular a adoção de planos empresariais de descarbonização e acompanhar o progresso do Estado como um todo nesse processo de maneira contínua.

Já em seu papel de criador de incentivos, o Estado poderá utilizar diversas alavancas à sua disposição para acelerar a transição econômica no território. Entre as principais alavancas estão a criação de incentivos fiscais para a realização de investimentos privados em ativos que reduzam emissões, o direcionamento das compras públicas para produtos sustentáveis, o investimento em tecnologia para reduzir o custo de processos de descarbonização e a oferta de formação profissional em empregos verdes, para que empresas sustentáveis possam acessar a mão de obra necessária em sua operação.

Por fim, como garantidor de direitos e redutor de desigualdades, o Estado de São Paulo poderá investir em estratégias de adaptação e resiliência, como já começou a fazer ao aderir à campanha da ONU "*Race to Resilience*". Essas estratégias envolvem ativamente amparar as comunidades mais afetadas por efeitos das mudanças climáticas, como secas e escassez hídrica, preservar e restaurar o capital natural do Estado através de legislação ambiental, estimular indústrias verdes, como o turismo sustentável, e promover a recolocação no

mercado de trabalho de cidadãos, hoje empregados em indústrias que serão reduzidas no processo de transição para uma economia sustentável, como a de combustíveis fósseis.

4.2. Eixo 2: Combate às desigualdades sociais e regionais

Desigualdades regionais e desigualdades sociais assombram o desenvolvimento econômico no Brasil e no mundo, e não é diferente no Estado de São Paulo. As políticas públicas não são coadjuvantes nesse cenário, ao contrário, estudos comparativos realizados entre países pelo *World Inequality*¹¹, mantido pelo *World Inequality Lab* e coordenado pelo economista *Thomas Piketty*, demonstram que as medidas governamentais são protagonistas na redução ou ampliação das desigualdades, por isso cabe à gestão pública um debate criterioso e baseado em evidências sobre o tema, considerando-o um eixo estruturante do desenvolvimento econômico.

O argumento central que tem sido levantado por pesquisadores das mais diferentes vertentes econômicas é que o modo como dados de crescimento e riqueza vinham sendo analisados até o fim do século XX não produzia um panorama preciso sobre a situação da população, construindo uma falsa simetria regional e populacional. Atualmente, sabe-se que as desigualdades foram ampliadas, de modos distintos em diferentes países, desde a década de 1980, com políticas de desregulamentação e liberalização não pensadas a partir de uma perspectiva de crescimento inclusivo.

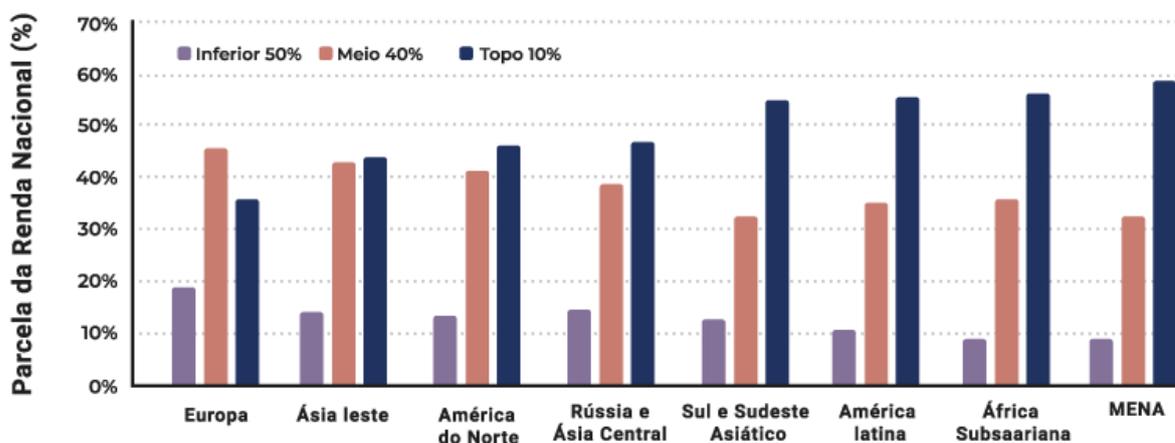
Outro dado a ser levado em consideração é que, apesar das desigualdades terem crescido internamente na maioria das nações, como no Brasil, a desigualdade entre países desenvolvidos e emergentes diminuiu, o que demonstra que houve crescimento de renda em um comparativo global, mas sem redistribuição interna inclusiva das riquezas. Segundo os pesquisadores Cancel e Piketty (2021), em uma análise a partir do índice de Theil, houve uma ampliação significativa de desigualdade entre países de 1820 a 1980 e uma redução drástica desde então, de modo que, em 2020, a desigualdade entre países representava apenas um terço da desigualdade entre indivíduos.

¹¹ Disponível em: <<https://wir2022.wid.world/>>. Acesso em 24.02.2022.

A análise de dados de crescimento de renda e riqueza que ignora desigualdades regionais e de recorte populacional mostra um mapa deficitário em medir e monitorar as disparidades e principalmente o modo como as políticas econômicas impactam as populações, ou seja, quem ganha e quem perde com o direcionamento que os setores público, privado e o terceiro setor constroem mundo afora. Os dados, quando comparados em regiões com situações políticas e sociais distintas, não são equivalentes e, muitas vezes, as médias simples não contribuem para compreensão do real quadro econômico.

Exemplo disso é que, ainda segundo dados do World Inequality 2022 (WID.world), um adulto médio, em PPC (Paridade do Poder de Compra), teve uma renda anual de US\$23.380,00 em 2021. A média, contudo, esconde que os 10% mais ricos da população possuem atualmente 52% da renda global, enquanto a metade mais vulnerável, apenas 8% do montante geral. Uma análise focada nessas desigualdades demonstra que um indivíduo que pertence aos 10% mais ricos apresenta uma renda global anual de US\$122.100, enquanto um representante da metade mais pobre, apenas US\$3.920.

O estudo comparativo entre continentes apresenta a Europa como a região menos desigual do mundo, com 36% da renda global concentrada nos 10% mais ricos, enquanto no Oriente Médio e no Norte da África (MENA), a mais desigual, o valor é de 58%. A América Latina se aproxima das regiões mais desiguais, com a concentração de riqueza total de 55%, conforme pode ser visto abaixo:

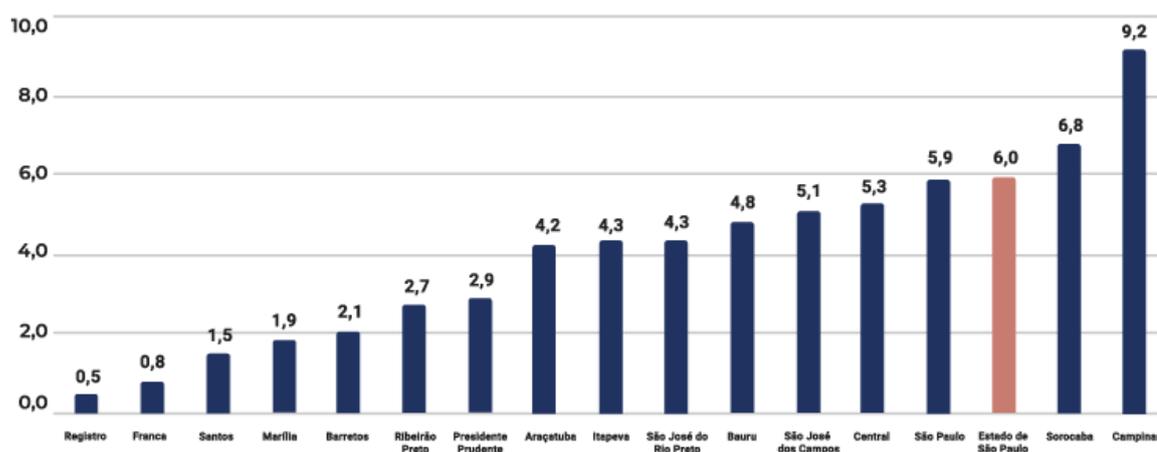


Fonte: Elaboração própria a partir do World Inequality 2022

A mesma distorção de análise pode acontecer na média simples de renda nacional, principalmente em países com altos índices de desigualdade. A edição de 2021 do relatório¹² sobre a riqueza global, elaborado pelo banco Credit Suisse, mostrou que o Brasil continua performando entre os países mais desiguais do mundo, e, no ano de 2020, seguindo a tendência global diante da crise pandêmica, 49.6% da riqueza do país está na mão de 1% da parcela mais rica da população, o pior nível desde os anos 2000.

O Estado de São Paulo apontou forte reação econômica frente à pandemia, com o crescimento de 8% do PIB registrado em 2021; as desigualdades regionais também diminuíram ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, no entanto, ainda apresenta grandes desafios. Exemplo disso é que durante o primeiro trimestre de 2021, nos esforços de retomada econômica, à época, uma análise comparativa da Fundação Seade demonstrou crescimento de 0,5% na região de Registro, 5,5% abaixo da média do estado, enquanto Campinas já batia 9,2%, mais de 3% acima da média estadual.

Resultados do PIB (trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior)
Estado de São Paulo e regiões administrativas, 1º trim, 2021, em %



Fonte: Fundação SEADE, 2021.

As desigualdades, no entanto, não estão restritas às demandas regionais, mas também aos recortes populacionais e aos grupos sociais: gênero, raça e faixa etária. De acordo com o

¹² Disponível em: <<https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>>. Acesso em 24.02.22.

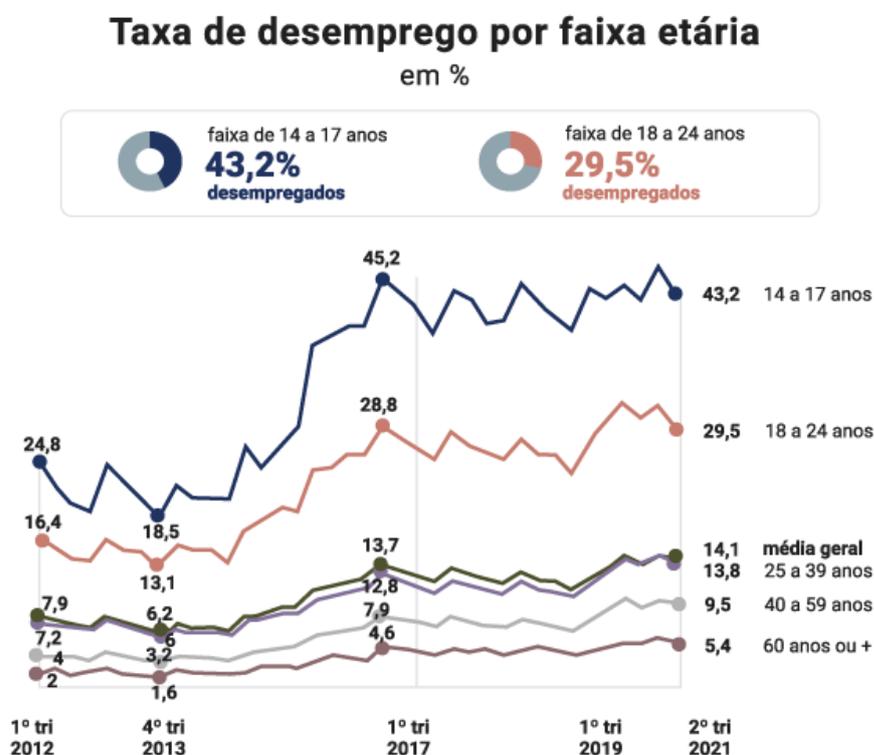
IBGE, em 2021, a régua nacional de desemprego foi de 14,1%, mas com as mulheres acima da média entre desempregados, com 17,1%, enquanto entre os homens a taxa foi de 11,7%. Já em São Paulo, segundo dados da Rede Mulher Empreendedora, a cada 3 desempregados, 2 são do sexo feminino.

Dados da Fundação SEADE apontam que as mulheres também foram as mais afetadas pela crise pandêmica, ampliando o índice de desigualdade com recorte por gênero no mercado de trabalho. Entre as mulheres com ocupação no ano de 2019, 27% perderam o emprego até o final de 2020, sendo que 11% passaram ao desemprego e 16%, à inatividade. No caso das desempregadas no mesmo período, 40% continuaram em situação de desemprego e 31% se tornaram inativas. A inatividade também é espelho da desigualdade de gênero, uma vez que 45% das mulheres que deixaram de buscar uma ocupação o fizeram pela necessidade de cuidar da casa ou da família, realidade que não é significativa para a população masculina. O perfil de mulheres desempregadas e mais afetadas pela crise pandêmica apresenta mais um nível na segmentação do desenvolvimento econômico: mais jovens, negras e com instrução intermediária (ensino fundamental e ensino médio completo). O quadro geral ampliou o empreendedorismo por necessidade, prova disso é que *o número de MEIs cresceu 24% no estado, e o aumento do empreendedorismo entre mulheres foi 2x maior do que na população em geral.*

No Brasil, de acordo com o IBGE, a desocupação entre negros, em 2021, foi de 16,6%, acima da média nacional, enquanto entre brancos, de 11,7%, abaixo da taxa do país. Em São Paulo, conforme a Fundação SEADE, entre os negros, 24% daqueles que estavam ocupados em 2019 perderam o emprego em 2020, com 12% indo ao desemprego e 12% à inatividade. Outro dado relevante é que apenas 17% da população negra empregada desenvolveu trabalho remoto ao longo da pandemia, enquanto entre a população de não negros o índice é de 34%. Tal situação advém do fato da maior parcela de cidadãos negros realizar trabalhos em atividades não protegidas por regulamentação e em ocupações consideradas essenciais, como transporte e serviços de limpeza. Além disso, segundo o boletim SEBRAE 2021, 50% dos informais são negros. Enquanto 27% da população não negra precisou de auxílio emergencial, no caso dos negros, o número chega a 33%. Um dos impactos mais significativos está no índice de mortalidade da população: segundo dados da Mapa da

Desigualdade da Rede Nossa São Paulo¹³, entre janeiro e julho de 2021, na população negra, a COVID foi responsável por 47,6% das mortes, enquanto entre os brancos, 28,01%, ou seja, os negros morreram quase duas vezes em decorrência da pandemia.

Entre os jovens, os números também preocupam. No Brasil, a taxa de desemprego entre pessoas de 18 a 24 anos desde 2017 fica acima de 20%, sendo que no segundo semestre de 2021 apresentava taxa de 29,5%.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados PNAD – IBGE

No Estado de São Paulo, de acordo com a Fundação SEADE, no segundo semestre de 2020, o desemprego de jovens chegou a 30% na faixa entre 18 e 24 anos. Dado é que a pandemia aprofundou as desigualdades, no entanto, tal característica já podia ser observada quando, ainda em 2019, relatórios da Fundação apresentavam os jovens como 40% dos

¹³ Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf>. Acesso em 02.03.22.

desempregados no Estado, principalmente por empecilhos de qualificação e experiência profissional prévia.

Diante desse cenário, além do campo da geração de emprego, fomento ao empreendedorismo e qualificação, o debate das políticas de transferência de renda entrou num novo patamar, estrelando como uma das estratégicas significativas de governos no combate à pobreza e às desigualdades. Como explica o economista Ricardo Paes de Barros (2007)¹⁴, a experiência com políticas de transferência de renda demonstrou sua efetividade e tem sido estratégia de governos dos mais diferentes espectros políticos, por ter na base uma aritmética básica. O Governo do Estado de São Paulo, por exemplo, reconheceu a centralidade de ações dessa natureza a partir da criação do Programa Bolsa do Povo, em composição com as políticas já vigentes de desenvolvimento econômico.

As desigualdades, como visto anteriormente, é tema central ao debate público, e a responsabilidade do Estado de São Paulo aumenta com o momento do país, uma vez que a Revisão Periódica Universal da ONU¹⁵ (2020) apontou que, entre as 12 recomendações relacionadas ao trabalho e à redução da pobreza e desigualdade, o Brasil descumpriu 7 e apresentou retrocesso em 4, sendo elas: 134. Continuar a promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável e elevar o padrão de vida da população; 135. Continuar a reforçar e aprimorar o Programa Bolsa Família no contexto da luta contra a fome e a pobreza; 149. Dar continuidade aos esforços de redução das taxas de desemprego, reforçando os programas de treinamento vocacional; e 176. Continuar a implementar novas políticas e ampliar a abrangência de políticas existentes para ampliar a promoção da igualdade de gênero, em particular para mulheres nas áreas rurais e de famílias de baixa renda.

O ponto é que o contexto de desigualdades se aprofundou diante da pandemia e, atualmente, já se sabe que não é possível pensar em desenvolvimento econômico sustentável sem inclusão e combate às disparidades históricas, políticas e sociais. A análise

¹⁴ Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Cap16.pdf>>. Acesso em: 19.02.22.

¹⁵ Disponível em: < https://rca.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Relat%C3%B3rio-RPU-DH-e-Covid19_ColetivoRPU2020.pdf>. Acesso em 20.02.22.

aprofundada e meticulosa dos dados tem sido disparadora para ações de políticas públicas mundo afora, o Brasil e, principalmente, o Estado de São Paulo, como potências mundiais, não podem estar desconectados desse pilar, sob o risco de retrocessos já mapeáveis.

4.3. Eixo 3: Tecnologia e Inovação

São Paulo possui o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) mais robusto dentre os estados brasileiros, com uma estrutura de ciência e tecnologia sólida e níveis de investimento público e privado em pesquisa e desenvolvimento (P&D) acima da média nacional.

O Estado também possui um ecossistema de startups e empresas inovadoras bastante amplo, concentrando 42% de todo investimento privado em P&D no Brasil. Contudo, apesar da solidez da capacidade instalada em ciência e tecnologia e do dinamismo e tamanho do mercado interno, ainda existem desafios substanciais a serem enfrentados para promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável, que implica a superação de barreiras estruturais existentes no país.

A título de exemplo, pode-se destacar entre essas barreiras a dificuldade brasileira em fazer com que investimentos realizados no ensino de ciências cheguem de forma mais homogênea à população, melhorando, assim, sua qualidade de vida. O déficit de professores em áreas como matemática, física, química e biologia dificulta a melhora da educação científica no país, de resto prejudicada por diversos déficits na infraestrutura escolar brasileira. Tais dificuldades impactam não apenas a geração de novos conhecimentos técnico-científicos, mas também a própria difusão do conhecimento científico e a capacitação de recursos humanos.

A falta da implementação de uma política de longo prazo para o desenvolvimento científico e tecnológico no país faz com que os avanços tecnológicos existentes não produzam o impacto esperado na melhoria das condições de vida da sociedade. Os avanços conquistados por políticas de incentivo ao desenvolvimento de CT&I nos últimos decênios, em que pesem as ameaças de desmonte e o subfinanciamento do sistema nacional de CT&I registrado em anos recentes, exemplificada pelo desvio de finalidade de fundos como o

FNDCT ou a falta de aportes à Embrapii, evidenciam o enorme potencial de geração de desenvolvimento e inclusão social decorrentes do investimento público e privado em ciência e tecnologia.

Desse modo, é preciso que o Estado de São Paulo eleja a ciência, tecnologia e inovação como uma escolha estratégica para seu desenvolvimento, priorizando investimentos no setor para que possa avançar na geração e difusão de conhecimentos e inovações, especialmente em sua incorporação na produção. Não apenas isso, é preciso que a ciência, a tecnologia e a inovação atuem como fator de integração entre as demais políticas de desenvolvimento do Estado.

Alternando períodos de recessão e de baixo crescimento desde 2015, os indicadores de pesquisa e desenvolvimento, tanto no setor público quanto no privado, vêm enfrentando uma tendência de queda (CHAIMOVICH e PEDROSA, 2021). O cenário econômico vem prejudicando a capacidade do setor privado em inovar. Infelizmente, iniciativas de monta que investigam tais capacidades foram descontinuadas em anos recentes, a exemplo da PINTEC, pesquisa de inovação realizada pelo IBGE que, outrora realizada trienalmente, teve sua última publicação em 2017.

O Estado de São Paulo, contudo, possui instrumentos para enfrentar e superar tais dificuldades, evoluindo e dando mais dinamismo ao seu ecossistema de inovação já de resto robusto. De acordo com dados da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - FAPESP, são 169 as principais instituições que atuam em CT&I no Estado: 33 Instituições de Ensino Superior (sendo 4 federais, 5 estaduais e 24 privadas); 73 faculdades de tecnologia (1 federal e 72 FATECs); 43 Institutos de Pesquisa (13 federais, 14 privados e 16 estaduais); e 20 hospitais que desenvolvem atividades de P&D (1 federal, 9 privados e 10 estaduais). Dessas instituições, é importante destacar o excelente desempenho em rankings nacionais e internacionais das Universidades Públicas Estaduais de São Paulo: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP).

No centro desse sistema está a FAPESP, com investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da ordem R\$ 1,85 bilhão por ano, segundo dados de 2022. Destaca-

se também o papel das instituições de pesquisa públicas ligadas ao governo estadual que atuam em áreas diversas, vinculados às Secretarias de Saúde, Agricultura e Abastecimento, Meio Ambiente e Infraestrutura. Em particular, cabe destacar o papel desempenhado por instituições como o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo - IPT, e o Instituto Butantan.

No setor privado, segundo dados da FAPESP referentes a 2018, há mais de 17 mil empresas, de diversos portes, desenvolvendo atividades inovadoras no estado. De acordo com levantamento da Pesquisa de Inovação - PINTEC realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, somente no setor de indústria extrativa e de transformação foram mais de 10.398 empresas que afirmaram ter realizado inovação de produto e/ou processo. De acordo com mapeamento do ecossistema de startups de São Paulo produzido pela empresa de inovação aberta Distrito em parceria com a Associação Brasileira de Startups (ABStartups) e a KPMG e publicado em abril de 2020, o Estado de São Paulo conta com 2.677 startups, o equivalente a 5,8 startups por 100 mil habitantes, de modo que se configura como o estado que mais concentra startups em todo o país, com aproximadamente 28% dos empreendimentos inovadores sediados no Brasil.

No que se refere a investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, São Paulo possui um dispêndio total de cerca de R\$ 27,6 bilhões em P&D por ano, somando investimentos públicos e privados, segundo dados de 2018. Desse montante, 25,6% correspondem a investimentos realizados por Instituições de Ensino Superior (Federais, Estaduais e Privadas), 9,4% por Agências de Fomento (FAPESP e agências federais: CAPES, CNPq e Finep), 9% por Instituições de Pesquisa federais e estaduais e 56% por empresas. Esse dado é bastante relevante, na medida em que o investimento privado em P&D no Brasil como um todo fica abaixo de 50%. Porém, São Paulo ainda fica aquém da média de investimento privado em P&D dos países da OCDE, que se situa em torno de 70%.

Nesse sentido, São Paulo, embora em um patamar superior que o restante do Brasil, compartilha do desafio de expandir a proporção do PIB investida em P&D: o gasto total - público e privado - em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é de 1,27% no país. Embora o volume e a proporção do investimento como parte do PIB seja alta para um país de renda

média como o Brasil, é pouco se comparado aos países da OCDE - cerca de metade da média dos países que compõem a organização. Dessa forma, o desempenho do setor privado em atividades de P&D ainda é muito aquém do nível realizado em países desenvolvidos. Ampliar o investimento público e alavancar o investimento privado são etapas necessárias para o desenvolvimento sustentável e inclusivo almejado por São Paulo.

Apesar do potencial imenso contido em São Paulo no que diz respeito à inovação, por conta da diversificação e tamanho do seu mercado interno, além da infraestrutura de ciência e tecnologia, há desafios que devem ser superados para colocar a inovação no centro dinâmico da economia paulista. Inovação, entendida aqui nos termos da definição do Manual de Oslo, é um produto ou processo novo ou aprimorado (ou a combinação de ambos) que significativamente se diferencie do produto ou processo predecessor, e que passou a estar disponível para usuários em potencial (do produto) ou passou a ser utilizado (processo).

Ou seja, a inovação possui um elemento de aplicabilidade, que geralmente requer comercialização: a pesquisa de bancada em si produz conhecimento científico e novas tecnologias, mas sua conversão em uma inovação exige uma participação de um ator econômico empresarial, frequentemente privado, e sua aplicação. Essa aplicação, cabe destacar, também pode e deve ser direcionada cada vez mais para a provisão de novos e melhores serviços públicos, bem como para a resolução de desafios públicos de caráter complexo.

Para gerar um novo patamar de desenvolvimento para o Estado de São Paulo, que tenha inovação em seu elemento norteador, é necessária a implementação de uma nova geração de políticas de CT&I. Mais do que ampliar investimentos públicos e alavancar os privados, é necessário coordenar diversos instrumentos de política de apoio à inovação de forma sinérgica, de modo a apoiar empresas em diversos estágios de maturidade e porte para produzir uma resposta coerente aos desafios enfrentados pelo setor, de modo que esses instrumentos sejam aplicados no estágio adequado e direcionados ao público-alvo correto.

O cerne das políticas de inovação não deve focar somente o crescimento da taxa de inovação, mas também com sua direcionalidade, ou seja, o tipo de inovação que está sendo desenvolvida e seus usos e consequências sociais. Observando as melhores práticas e

experiências internacionais, nota-se que tem ganhado relevância o uso de políticas de ciência, tecnologia e inovação voltadas à resolução de grandes desafios sociais, como forma de gerar maiores retornos sociais para o investimento público em inovação. Para tanto, deve-se substituir uma lógica econômica que limita a atuação estatal à correção de falhas de mercado para uma que reconheça seu papel de criador e estruturador de mercados. Nesse sentido, o uso de recursos públicos pode servir para alavancar esforços da iniciativa privada e do terceiro setor, tornando o governo um articulador e mobilizador dos ecossistemas de inovação.

5 DIRETRIZES PARA O DESENHO DE POLÍTICA E AÇÕES FUTURAS

Os eixos estruturantes e objetivos estratégicos apresentados a seguir foram definidos, considerando as especificidades e necessidades identificadas no diagnóstico junto à população paulista e às equipes técnicas das diversas secretarias do Estado e considerando os setores econômicos definidos como relevantes para a melhoria do desempenho da economia paulista nos próximos anos.

5.1 EIXO 1 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

5.1.1. Justificativa e evidências do diagnóstico

As tendências globais indicam a necessidade de reduzir a dependência dos setores econômicos por combustíveis fósseis e de conservar e restaurar ecossistemas, ações fundamentais para enfrentar as mudanças climáticas. Os desafios que se impõem para os próximos anos incluem o desenvolvimento de processos produtivos que utilizem energia renovável e que aproveitem o potencial da biodiversidade, como fornecedora de matéria-prima, e produtos inovadores que restrinjam as emissões de gases de efeito estufa, além de promover ações de conservação e recuperação dos recursos naturais, que sustentam as atividades econômicas rurais e urbanas, como a agropecuária, o turismo e a atividade industrial.

Diante do contexto mundial, o Brasil e o Estado de São Paulo têm instituído uma série de políticas, planos, programas e ações pioneiras para lidar com esses desafios, como a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 7.663/1997), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei nº 13.798/2009). Essas iniciativas induzem o desenvolvimento de diversos planos e

programas setoriais nas diferentes pastas do governo pautados no conceito da sustentabilidade.

Assim, quatro temas emergem para nortear um desenvolvimento econômico sustentável: mudanças climáticas e transição para uma economia sustentável, segurança hídrica, recuperação ambiental e turismo sustentável. São objetivos que contemplam aspectos necessários para minimizar os potenciais impactos ambientais, aproveitando os processos naturais e os benefícios gerados pelo meio ambiente, tanto para a melhoria de qualidade de vida da população quanto para o desenvolvimento de atividades econômicas, sem o esgotamento de estoques naturais do Estado.

5.1.2. Objetivos estratégicos:

OBJETIVO 1 – Mudanças climáticas e transição para uma economia sustentável

Contextualização – Os relatórios do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) destacam os desafios e os compromissos que ainda necessitam ser enfrentados pelos países, estados e municípios para prevenir, corrigir e mitigar os efeitos negativos dos eventos climáticos esperados para os próximos anos. Novas matrizes menos poluidoras visando à diminuição da emissão de gases de efeito estufa (GEE) ganham relevância no mercado não apenas por exigências econômicas, mas também por reconhecimento da premente demanda por um desenvolvimento socioeconômico com resultados mais perenes e sustentáveis.

Vínculos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Diretrizes

- ➔ Conscientizar a população e o setor produtivo.
- ➔ Fomentar atividades econômicas que usem energia proveniente de fontes renováveis e busquem a melhoria da eficiência energética de equipamentos e processos produtivos.

- ➔ Garantir acesso a mercados internacionais mais exigentes com relação à produção limpa, diversificação da matriz energética, logística reversa, agricultura de baixo carbono, com incentivos que garantam consumo e produção responsáveis.
- ➔ Impulsionar o aprimoramento dos processos produtivos com vistas à transição de uso de energias renováveis na mobilidade e no transporte, subsidiando-se com apoio tecnológico nos centros de pesquisa aplicados a atividades econômicas que norteiem inovação na produção e consumo;
- ➔ Catalisar as transformações necessárias para uma economia de baixo carbono por meio do uso da bioenergia, do desenvolvimento do hidrogênio verde e do impulso aos diversos combustíveis produzidos a partir de matérias-primas renováveis.
- ➔ Promover a garantia do suprimento qualificado de recursos minerais em bases sustentáveis, inserindo a mineração nos planos de ordenamento territorial, de forma a conciliar a atividade com outras formas de uso e ocupação do solo e com a conservação ambiental.
- ➔ Promover ações para facilitar o diálogo entre o setor público e privado na construção de uma agenda comum em mudanças climáticas, eficiência energética, energia mais limpa e eficiente (renovável), logística reversa, menor consumo de energia e materiais, no transporte, nos edifícios, na indústria e na agropecuária.
- ➔ Fomentar ações que ampliem a capacidade de adaptação de sistemas humanos e naturais aos impactos decorrentes das mudanças climáticas nas atividades de suprimento (hídrico, energético, alimentar e de recursos minerais), de infraestrutura (edifícios, transportes, energia, logística reversa, saneamento ambiental), dos sistemas de saúde humana (poluição, acidentes) e dos serviços ecossistêmicos (conservação e restauração de florestas e outros sistemas naturais com manutenção da biodiversidade).

- ➔ Promover o desenvolvimento de novas rotas tecnológicas para a minimização da geração e ampliação do reaproveitamento, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, com a finalidade de reduzir a disposição em aterros.
- ➔ Desenvolver e aplicar projetos inovadores, por meio do engajamento do mercado, integrando pesquisa, desenvolvimento e aplicação direta, facilitando acesso a recursos tecnológicos e financeiros para a transição circular no Estado de São Paulo.
- ➔ Promover a identificação de sinergias entre empresas e organizações em diversas cadeias produtivas visando à implementação de projetos que unem desenvolvedores de solução e o mercado.
- ➔ Promover ações de capacitação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, disseminação do conhecimento e o intercâmbio de informações para a transição para uma Economia Sustentável de Cadeia Reversa.
- ➔ Viabilizar acesso e capacitação a fontes de financiamento nacionais e internacionais para promover a transição para uma economia sustentável por meio de projetos, eventos e documentos técnicos.
- ➔ Mobilizar esforços para promover o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida fundamentados em uma economia circular e carbono zero.
- ➔ Estimular a realização de estudos técnicos em finanças verdes e inovação, Soluções baseadas na Natureza (SbN) e Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE).

Integração com outras políticas, planos e programas:

Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei nº 13.798/2009); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); Plano de Ação climática do Estado de SP – Net Zero 2050; Zoneamento ecológico-econômico – Diretriz 1: Resiliência às mudanças climáticas; Centro Brasileiro de Inovação em Economia Circular – CBIEC; Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC); Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono; Plano Estadual de Resíduos Sólidos (SIMA); Programa de Fomento de Arranjos Produtivos Locais Paulista – APL (SDE); Programa Polos de Desenvolvimento (SDE).

OBJETIVO 2 - Ampliar a segurança hídrica em bases sustentáveis

Contextualização – Em meio a um cenário marcado por eventos extremos, cada vez mais frequentes, associados às mudanças climáticas, e pela expansão das atividades econômicas e pelo crescimento populacional, incertezas sobre a disponibilidade de água futura e a segurança hídrica podem se tornar motivadoras de conflitos pelo uso dos recursos hídricos, até mesmo em bacias hidrográficas com disponibilidade hídrica satisfatória. Em função disso, considera-se que a garantia da oferta de água em qualidade e quantidade para atender às necessidades humanas, a conservação dos ecossistemas naturais e o favorecimento do desenvolvimento das atividades econômicas é uma das principais demandas e desafios ambientais e socioeconômicos a serem enfrentados no Estado de São Paulo.

Vínculos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030**Diretrizes**

- ➔ Conscientizar a população e o setor produtivo.
- ➔ Fortalecer e ampliar parcerias institucionais visando à competitividade, à sustentabilidade e ao direcionamento dos investimentos setoriais às regiões identificadas como mais críticas em termos de qualidade e quantidade dos recursos hídricos no Estado.
- ➔ Incentivar modelos de negócios inovadores que sejam viabilizadores de ganhos sistêmicos para o setor hídrico e de fontes alternativas de água para suprimento dos déficits em áreas de baixo grau de segurança hídrica.
- ➔ Promover programas de ações estruturantes voltadas à redução de índice de perdas d'água junto às concessionárias de serviço de abastecimento de água em regiões de déficit hídrico; e ampliação de oferta de serviço sanitário para regiões fora da cobertura de redes convencionais (criação de programas de incentivo à implantação de sistemas individuais de tratamento sanitário subsidiados – em periferias e zonas rurais).

- Estimular ações para o uso racional dos recursos hídricos, reuso e redução do consumo de água utilizada como insumo pelos setores produtivos.
- Incentivar empresas a buscarem certificações de qualidade e sustentabilidade de processos, produtos e serviços que incluam a eficiência hídrica.
- Promover disseminação de técnicas, capacitação e acesso a tecnologias de irrigação sustentável para produtores de pequeno e médio porte;
- Promover capacitação em técnicas de controle biológico de pragas em detrimento ao uso de pesticidas convencionais em áreas de elevada vulnerabilidade de aquíferos, com valorização dos produtos por meio de criação de selo de produção rural sustentável.
- Apoiar o estabelecimento de mecanismos legais e econômicos, bem como linhas de financiamento para melhorias de processo e redução de consumo de água, adoção de boas práticas de uso dos recursos hídricos, revitalização de bacias hidrográficas e gerenciamento efetivo desse recurso natural.
- Estimular a adoção de novas tecnologias de racionalização do uso e reuso da água, de aproveitamento de água pluvial, de uso inteligente dos recursos hídricos e de controle de poluentes pelos municípios e setores produtivos.
- Promover ações de prevenção, correção, mitigação ou adaptação às mudanças climáticas no que se refere à redução da disponibilidade hídrica ou a eventos extremos.
- Apoiar planos, programas, projetos e ações de conservação, restauração e recuperação de áreas de mananciais e recarga hídrica e de programas de compensação ambiental, visando a aumentar a quantidade e melhorar a qualidade de água.
- Promover políticas públicas para interação entre mercado de trabalho, escolas técnicas e universidades para formulação de iniciativas voltadas ao uso racional e conservação dos recursos hídricos pelo setor produtivo.
- Fomentar assistência e capacitação técnica para o gerenciamento de recursos hídricos, técnicas e tecnologias sustentáveis e programas de conscientização sobre o uso racional da água, capacitação e educação ambiental e sanitária.

Integração com outras políticas, planos e programas:

Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 7.663/1997), Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei nº 13.798/2009); Plano Nacional de segurança hídrica (ANA, 2019); Plano Estadual de Recursos hídricos (SÃO PAULO, 2020); Planos de Bacia Hidrográfica (CBHs), Zoneamento ecológico-econômico – Diretriz 2: Segurança Hídrica (SIMA); Planos de Desenvolvimento econômico sustentável (SDE), Planos Desenvolvimento Urbano Integrado (SDR). Programa de Fomento de Arranjos Produtivos Locais Paulista – APL (SDE); Programa Polos de Desenvolvimento (SDE).

OBJETIVO 3 – Promover a recuperação Ambiental

Contextualização – A recuperação ambiental envolve aspectos-chaves para a promoção do desenvolvimento econômico com conservação do meio ambiente. Dentre eles, cita-se a **recuperação do potencial produtivo** de áreas degradadas, o que reflete diretamente no aumento da produtividade da agropecuária paulista. Abre também oportunidades para **inserir produtores rurais na bioeconomia, por meio da adoção de boas práticas ambientais que ampliem a provisão de serviços ambientais**, o que possibilita a adesão a programas de pagamento por serviços ambientais, e a agregação de valor ambiental às propriedades rurais do Estado. Promoverá ainda a **ampliação da restauração de vegetação nativa para fins de uso sustentável**, como as Reservas Legais das propriedades rurais, definidas no Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012) e, com isso, possibilitar a provisão de matéria-prima para processos produtivos relacionados à bioeconomia, como a geração de energia e a produção de materiais renováveis e/ou biodegradáveis a partir de biomassa, assim como o uso de novos princípios ativos farmacêuticos provenientes da biodiversidade, tendência indicada em publicações do BNDES (2015), da EMBRAPA (2020) e em artigos científicos como o de Dias e de Carvalho (2017). Pode-se citar também a **restauração da vegetação nativa para fins de conservação** que, além de colaborar para a conservação dos recursos hídricos e para o aumento da conectividade de fragmentos de vegetação nativa no Estado, propiciará o desenvolvimento de atividades econômicas associadas ao turismo de natureza e aumentará a área disponível para a ampliação e criação de novas

Unidades de Conservação no Estado. A ampliação de áreas de vegetação nativa aumentará, então, a oportunidade de geração de benefícios econômicos aos municípios, por meio de incentivos fiscais, como o ICMS ecológico.

Vínculos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Diretrizes

- ➔ Fomentar ações de recuperação de áreas degradadas no meio rural para resgatar seu potencial produtivo, com o objetivo de aumentar a produtividade da agropecuária paulista;
- ➔ Apoiar o estabelecimento de mecanismos econômicos para estimular a adoção de boas práticas ambientais nas propriedades rurais, com o objetivo de agregar valor à produção rural e ampliar a provisão de serviços ambientais no Estado, como a captura e manutenção de estoques de carbono, a conservação e aumento da biodiversidade e a conservação do solo e dos recursos hídricos;
- ➔ Apoiar a adequação ambiental de propriedades rurais, com o objetivo de atender o disposto no Código Florestal Brasileiro, e ampliar o acesso dos produtos rurais do Estado a mercados exigentes no atendimento à legislação ambiental;
- ➔ Estimular a implantação de florestas comerciais com espécies nativas da Mata Atlântica, com o objetivo de atender parte da demanda por produtos florestais madeireiros e não madeireiros do Estado;
- ➔ Incentivar modelos de negócios inovadores relacionados à bioeconomia, com o objetivo de aproveitar o potencial da biodiversidade como fornecedora de matéria-prima para o desenvolvimento de novos produtos na indústria paulista;
- ➔ Firmar parcerias para aumentar a restauração da vegetação nativa, com o objetivo de aumentar a conectividade de fragmentos de vegetação nativa e possibilitar tanto a ampliação e criação de novas Unidades de Conservação no Estado, quanto o desenvolvimento de atividades econômicas associadas ao turismo de natureza;

- ➔ Apoiar o estabelecimento de mecanismos econômicos para prover benefícios aos municípios com área de vegetação nativa restaurada e conservada em Unidades de Conservação e Corredores Ecológicos, com o objetivo de agregar valor à restauração e conservação ambiental;
- ➔ Promover políticas públicas integradas com as diversas secretarias do Estado para formar mão de obra qualificada para atuar nos setores envolvidos com a bioeconomia e a produção sustentável na agropecuária;
- ➔ Fomentar a pesquisa, assistência e capacitação técnica para atuar nos setores envolvidos com a bioeconomia e a produção sustentável na agropecuária.

Integração com outras políticas, planos e programas:

Código Florestal Brasileiro, Zoneamento ecológico-econômico do Estado de São Paulo (SIMA) – Diretriz 3: Salvaguarda da Biodiversidade; Plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono (SAA). Programa de Fomento de Arranjos Produtivos Locais Paulista – APL (SDE); Programa Polos de Desenvolvimento (SDE).

OBJETIVO 4 – Impulsionar o Turismo Sustentável

Contextualização – O turismo é um dos setores econômicos que vinha apresentando maior crescimento no mundo até 2019, porém foi um dos mais impactados com a pandemia da covid-19. Esse setor tem grande relevância na quantidade de empregos e também na geração de renda, tanto de forma direta (hotelaria, gastronomia, serviços especializados) quanto indireta (infraestrutura, transportes, etc.). O desenvolvimento do turismo deve estar pautado na sustentabilidade, com uma nova concepção das atividades e produtos turísticos, fundamentados na inovação, no empreendedorismo, na inclusão e na acessibilidade.

A crise sanitária trouxe um novo olhar sobre o tipo de turismo que queremos desenvolver, exigindo a reestruturação de alguns produtos e serviços turísticos. Essa é uma oportunidade para incentivar ações relacionadas ao turismo sustentável, em que temos a possibilidade de aumentar a geração de emprego e renda, inclusive para moradores das áreas periféricas, mais afastadas das regiões com maior oferta de postos de trabalho, e onde há maior incidência de vulnerabilidade socioambiental.

Vínculos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Diretrizes

- Promover a divulgação, capacitação e facilitação de acesso a linhas de financiamento para empresas do setor, com destaque para as geridas por mulheres, negros e LGBTQIA+ e as com propostas sustentáveis;
- Fomentar novas estratégias de financiamento e investimento no turismo junto a organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- Incentivar a criação de distritos turísticos em áreas com vocação para a atividade, visando ao desenvolvimento regional e à criação de novos empregos ligados direta ou indiretamente ao setor;
- Estimular a abertura, com linhas de crédito especiais, de empresas e empreendimentos turísticos em distritos turísticos ou incluídas em programas como os de Rotas Cênicas e Rotas Gastronômicas (Setur);
- Promover financiamentos especiais para inovação e modernização voltados a destinos, empreendimentos e novos negócios incluídos na cadeia produtiva do turismo;
- Fortalecer a economia verde, impulsionando negócios turísticos relacionados às áreas verdes e unidades de conservação, incluindo programas de apoio a agricultura familiar, cooperativas e ecoturismo, como estratégia de geração de emprego;
- Incentivar a integração dos atrativos turísticos a atividades e produtos de outras cadeias produtivas (estimular a venda de produtos típicos da região como *souvenirs* ou presentes – artesanato, por exemplo).
- Incentivar a qualificação dos funcionários das prefeituras que atuam diretamente com a gestão e planejamento do turismo e dos trabalhadores do *trade* turístico (cursos técnicos e superiores); e
- Incentivar a formalização das atividades e de seus colaboradores.

Integração com outras políticas, planos e programas:

Turismo SP 20-30, Zoneamento ecológico-econômico –Diretriz 4 – Economia Competitiva e Sustentável, Plano Nacional de Turismo. Programa de Fomento de Arranjos Produtivos Locais Paulista – APL (SDE).

5.1.3. PROGRAMAS E POLÍTICAS JÁ EM CURSO (SDE)

Alguns exemplos e casos de sucesso dessas políticas - Programas, políticas e ações já entregues pelo Estado de São Paulo em Meio Ambiente

No que se refere ao desenvolvimento sustentável, com a compreensão de que o futuro depende de ações a serem implementadas no aqui e agora, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico buscou uma composição de programas e iniciativas que, juntos, formam a Agenda ESG do Estado de São Paulo. Entre as ações, está a Iniciativa Fundo Amazônia + 10, que busca consolidar-se como promoção de ações convergentes de CT&I que venham fortalecer diretrizes, eixos e proposituras delineados no Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, visando à superação de obstáculos e à efetivação de possibilidades, como o reflorestamento de áreas degradadas, o desenvolvimento de atividades agrícolas de baixa emissão de gases de efeito estufa, a agregação de valor nas cadeiras produtivas da bioeconomia, a geração de alimentos, a produção de fármacos, a geração de energia limpa etc., e a garantia de acesso a serviços básicos para as populações que habitam na região. Lançada na COP 27 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) pelo Governo do Estado de São Paulo, a iniciativa contou com um aporte de recursos da FAPESP no valor de R\$ 100 milhões e o compromisso de arrecadação de R\$ 400 milhões, junto a fundos de investimento, empresas e outras entidades de pesquisa, nacionais e internacionais, totalizando a previsão de um aporte de meio bilhão para a região.

A partir do **Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante Automotor (Pro-Veículo)**, foi desenvolvida uma parceria intersecretarial, capitaneada e coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, entre Secretaria da Fazenda e Planejamento (SEFAZ) e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) para a

elaboração e publicação do Decreto **Pro-Veículo Verde**. Com o foco em empresas fabricantes de veículos automotores rodoviários, máquinas agrícolas ou máquinas rodoviárias, com projetos de investimento para a fabricação de veículos e máquinas, o programa tem o objetivo de facilitar e ampliar os benefícios fiscais em estímulo à produção de veículos e máquinas com controle, redução ou prevenção de emissões antrópicas de gases de efeito estufa, além de investimentos privados em pesquisa, desenvolvimento e utilização de fontes de energias alternativas não poluentes.

Em parceria com a InvestSP, foi desenvolvido um estudo para elaboração de 6 objetivos estratégicos do Estado de São Paulo para agenda ESG (Environmental, Social and Governance), apresentados na Cop 27, sendo eles: 1. Neutralidade Climática; 2. Gestão de Recursos Hídricos; 3. Infraestrutura Sustentável; 4. Segurança Alimentar e Nutricional; 5. Educação e Competências; e 6. Saúde na Vida Moderna. Os objetivos foram o fundamento para elaboração de uma *ferramenta de análise para investimentos sustentáveis*, com objetivo de classificar iniciativas privadas que estivessem em acordo com o plano de sustentabilidade do Estado de São Paulo. A ferramenta tem três principais desdobramentos: 1. a classificação de projetos a partir de critérios ESG; 2. a orientação de projetos para aprimoramento das melhores práticas; e 3. a elaboração de um pacto, a ser instituído pelo Governo do Estado de São Paulo, como reconhecimento de tais iniciativas, com o intuito de incentivar e atrair investimentos ambiental e socialmente responsáveis.

Outro exemplo de ação conjunta para sustentabilidade é o programa Net Zero Carbon Cities (NZCC) do WEF (World Economic Forum), representado no Brasil pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria, e pela Secretária de Desenvolvimento Econômico do ESP, Patricia Ellen.

O *Net Zero Carbon Cities* defende a construção de uma abordagem integrada, englobando os desafios ambientais e sociais ao mesmo tempo em que descarboniza os ecossistemas urbanos. Com isso, o programa tem o objetivo de criar uma narrativa comum para ações para as cidades, visando à integração da cadeia de valor de energia, construção e mobilidade para otimizar o uso de recursos energéticos e maximizar a produtividade.

O grupo de NZCC cria parcerias e alinhamento com redes e alianças das cidades ao redor do mundo, bem como com a sociedade civil, para que essa “estrutura global” forneça visão e linguagem comuns para a construção de planos de ação mais efetivos.

Um dos principais produtos desse trabalho do NZCC é a criação de uma “caixa de ferramentas” para ação incluindo soluções de políticas, finanças e modelos de negócios. Alguns exemplos práticos das entregas do grupo: a. apresentação de um roteiro de descarbonização para diferentes arquétipos de cidade tem ambição de inspirar outras cidades e acelerar o processo de dimensionamento para um futuro líquido zero e b. definição de métricas que medem dimensões verdes, digitais e de sustentabilidade para avaliar a eficiência, eletrificação e maturidade digital para ajudar os tomadores de decisão a definir roteiros e atrair financiamento.

5.2 COMBATE À DESIGUALDADE

5.2.1. Justificativa e evidências do diagnóstico

A implementação de um plano de desenvolvimento endógeno transformador, que gere um novo ciclo de expansão econômica, movido por processos inovadores e fundamentado na inclusão social e na valorização dos ativos ambientais, impescinde do combate às assimetrias regionais e na melhoria da qualidade de vida das camadas da população menos favorecida.

Para o almejado desenvolvimento em bases sustentáveis, faz-se necessária a execução de políticas focadas na elevação do patamar socioeconômico dos territórios mais deprimidos e em medidas que ao mesmo tempo promovam um colchão social e fomentem a emancipação econômica das pessoas mais vulneráveis. Isso, mesmo que se tenham transbordamentos importantes na geração de emprego e renda para as regiões e populações mais suscetíveis, decorrentes de um novo ciclo de dinamização propiciado pelo intenso aproveitamento da janela de oportunidades que se abre dentro da transição econômica dirigida a uma economia verde.

Portanto, duas vertentes de diretrizes são indicadas: dirigida ao desenvolvimento dos territórios mais deprimidos e de caráter transversal, associada à melhoria da qualidade de vida dos estratos sociais mais carentes que se espriam pelo território paulista.

5.2.2. Objetivos estratégicos:

OBJETIVO 1 – Atenuação das Desigualdades Regionais

Contextualização – Melhoria do acesso a bens, serviços, programas e políticas públicas que promovam a qualidade de vida e reduzam os desequilíbrios regionais.

Vínculos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Diretrizes

- ➔ Promover a ação coordenada das políticas públicas e dos órgãos do Governo Estadual e o alinhamento com as demais iniciativas dos planos federais e municipais sobre os territórios, dando continuidade, capilaridade e maior eficácia às ações, como a potencialização e sustentabilidade dos benéficos para a coletividade.
- ➔ Estimular o equilíbrio nas contas públicas municipais, de modo a propiciar a formulação e a implementação de políticas públicas e a realização de investimentos.
- ➔ Ofertar capacitação a ocupantes de cargos públicos e a servidores municipais nas áreas de gestão pública, gestão orçamentária, e elaboração e monitoramento de políticas públicas.
- ➔ Prover ferramentas e instrumentos para o aprimoramento das práticas de gestão municipal, aumentando a eficiência da gestão e a eficácia das ações de políticas públicas em nível municipal.
- ➔ Fortalecer agências de desenvolvimento metropolitano.
- ➔ Direcionar a oferta dos cursos profissionalizantes, ensino técnico e superior às demandas e vocações econômicas e aos ativos socioambientais das regiões.

- ➔ Aprimorar continuamente a rede e a qualidade das infraestruturas básicas locais, abrangendo o ensino da educação formal pública e atendimento básico de saúde.
- ➔ Promover parcerias entre as instituições de ensino superior e empresas para o desenvolvimento de programas de PD&I e fomentar o empreendedorismo, possibilitando incrementar a densidade de negócios de base tecnológica, com a agregação de valor a produtos e serviços das regiões e, conseqüentemente, possibilitar a geração de empregos com a fixação de mão de obra qualificada, especialmente da camada mais jovem da população.
- ➔ Promover a divulgação e facilitar o acesso a linhas de financiamento e incentivos, suprindo o setor empresarial e empreendedores sobre as opções de crédito e incentivos disponíveis para financiando de novos projetos, de investimento em ampliações e modernizações, aquisição de máquinas e equipamentos e projetos inovadores.
- ➔ Estruturar programas de assistência técnica e extensão na produção rural e mineral.
- ➔ Promover ações para o desenvolvimento de indústrias locais por meio do encadeamento com atividades de base existentes nas localidades, casos de agronegócios e mínero-negócios.
- ➔ Dar suporte ao aprimoramento contínuo da mobilidade entre os municípios, integrando comunidades e favorecendo os deslocamentos para finalidades educacionais, trabalho, saúde, cultura e lazer, fazendo potencializar a sinergia local de bens tangíveis e intangíveis.
- ➔ Promover a melhoria contínua da conectividade, com vistas ao amplo acesso dos habitantes e governos locais à internet, dinamizando as relações socioeconômicas e ampliando o impacto de seus benefícios, rumo à capilarização da indústria 4.0 e a Internet das Coisas e no plano das gestões municipais a inserção no rol das Cidades Inteligentes.
- ➔ Estimular, valorizar e dar identidade as economias locais, por meio do fortalecimento das aglomerações produtivas (APLs e Polos de Desenvolvimento) e do registro de selos de Indicação Geográfica, que possibilitam a agregação de

valor a produtos do território, colaboram na preservação da biodiversidade e propiciam a criação de vínculos e identificação de valores locais.

- ➔ Fortalecer os mecanismos de diagnóstico e monitoramento.
- ➔ Consolidar os indicadores de emprego, trabalho e renda no Estado de São Paulo, fortalecendo as parcerias com os municípios, Governo Federal (SINE), institutos de pesquisa (SEADE) e universidades.
- ➔ Constituir Observatório Estadual do Trabalho.
- ➔ Reduzir a distância entre a oferta de trabalho e a demanda através da ampliação da intermediação de mão de obra.

Integração com outras políticas, planos e programas:

Zoneamento ecológico-econômico do Estado de São Paulo (SIMA) – Diretriz 5: Redução das Desigualdades Sociais; Banco do Povo; Desenvolve SP

OBJETIVO 2 – Melhoria da qualidade de vida dos estratos sociais mais carentes

Contextualização – Medidas protetivas e emancipadoras das condições sociais e econômicas das populações mais vulneráveis do estado

Vínculos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Diretrizes

- ➔ Promover políticas de redistribuição de renda, segurança alimentar e de criação de empregos de forma articulada com ações do Governo Federal, fornecendo condições dignas de convivência social a todo universo populacional do Estado.
- ➔ Buscar formas inovadoras de implementação de políticas para o desenvolvimento social, com parcerias e maior interação com os gestores municipais e o terceiro setor.
- ➔ Desenvolver programas de capacitação e qualificação profissional, aumentando o potencial de inserção no mercado de trabalho e de participação ativa na vida econômica da sociedade das populações mais vulneráveis.

- ➔ Formular e aplicar metodologia de identificação, quantificação e qualificação das necessidades habitacionais e sua distribuição no território para subsidiar a formulação de políticas públicas integradas e a concepção de projetos de intervenção, promovendo a integração entre a política habitacional e outras políticas setoriais, entre outras, transporte, mobilidade e saneamento.
- ➔ Estabelecer convênios municipais e Parcerias Público-Privadas (PPP) para implementação da política habitacional e incentivar a elaboração de Planos Municipais de Habitação de Interesse Social e a construção de unidades habitacionais sustentáveis.
- ➔ Promover políticas e ações sistemáticas de enfrentamento das necessidades habitacionais relacionadas aos assentamentos urbanos precários e em áreas de risco.
- ➔ Implementar ações corretivas urbanísticas e habitacionais, incluindo recuperação urbana de assentamentos precários, requalificação urbana e habitacional e regularização fundiária.
- ➔ Ampliar as políticas de assistência à população jovem e idosa, com especial atenção à disponibilidade de creches, clínicas, atendimentos especializados e equipamentos públicos para idosos.
- ➔ Ampliar as iniciativas de inclusão das pessoas com deficiência, especialmente nas escolas, na mobilidade e acesso aos espaços públicos e no mercado de trabalho.
- ➔ Ampliar as políticas, programas e ações afirmativas de combate a discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, para promover a ampliação da diversidade e participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, entre outros, incentivar o acesso às universidades e instituições de pesquisa e ensino, por meio da criação de cotas e programas de auxílio financeiro.
- ➔ Promover capacitação e assistência técnica ao microempreendedor, às cooperativas, incentivando ações consorciadas, e aos pequenos produtores.

Essas iniciativas terão mais eficácia à medida que inseridas em políticas de fortalecimento de APLs.

- ➔ Incentivar políticas de microcrédito e demais linhas de crédito e programas de agricultura familiar e de economia solidária.
- ➔ Apoiar, por meio de capacitação e disponibilização de novos instrumentos de financiamento, o segmento de Negócios de Impacto Social que atuam na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na resolução de desafios públicos.
- ➔ Promover iniciativas de recorte de gênero, com especial atenção à população feminina mais carente: *atenção à permanência de meninas na escola, para combater a evasão do ensino fundamental e garantir sua permanência no ensino médio; articulação com os poderes públicos municipais para universalização do acesso à creche; recorte de gênero para as políticas de viés profissionalizante, como nos casos de promoção de formações voltadas ao artesanato, turismo e a gastronomia local, de forma a garantir a independência financeira de mulheres; atenção à saúde da mulher, em especial a prevenção de doenças com maior incidência no público feminino; atenção à saúde gestacional para apoio a mãe e ao recém-nascido; e monitoramento dos índices relacionados à violência contra a mulher e organização de políticas de prevenção a esse tipo de casos.*
- ➔ Promover iniciativas para emancipação dos Povos e Comunidades Tradicionais – PCT: garantir o acesso a direitos fundamentais às populações tradicionais, especialmente *saúde, educação, assistência social e moradia; apoiar projetos culturais de capacitação, promoção, preservação e difusão do patrimônio e das expressões culturais das comunidades tradicionais; integração das populações tradicionais nas estratégias de garantia de emprego e renda, em especial da economia solidária; capacitação em termos de conservação do meio ambiente e manejo adequado e sustentável de terras; garantir o direito à participação dos espaços de decisão nas instâncias de poder compartilhado, como Conselhos, Audiências Públicas e outros fóruns.*

Integração com outras políticas, planos e programas:

Zoneamento ecológico-econômico do Estado de São Paulo (SIMA) – Diretriz 5: Redução das Desigualdades Sociais; Plano de Desenvolvimento econômico do Vale do Ribeira; ; Banco do Povo; Desenvolve SP.

5.2.3. Programas e políticas já em curso (SDE)

Exemplos e casos de sucesso dessas políticas - Programas, políticas e ações já entregues pelo Estado de São Paulo em Desigualdades

- Desigualdade: Bolsa do Povo, Banco do Povo, Empreenda Rápido, PDE Vale do Ribeira/Pontal/Histórico, APL, Novotec, Univesp, Selo Diversidade; Universidades (inclusão)

No que se refere ao combate à desigualdade, a atuação estratégica e rápida do governo estadual, em sintonia com as gestões locais municipais, é essencial. Um *case* nessa seara é o **(1) Programa Bolsa do Povo**¹⁶. Em linha com a literatura especializada no tema e criado em meio a pandemia, em 26 de maio de 2021, por meio da Lei Estadual Nº 17.372, o programa modernizou, concentrou e expandiu a gestão de benefícios, ações e projetos, instituídos para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em diferentes eixos programáticos (como saúde, educação e habitação).

O Bolsa do Povo também permitiu que novas iniciativas fossem criadas. Entre outros, são alguns exemplos: o **Bolsa Empreendedor**, iniciativa para auxiliar, capacitar e formalizar o empreendedor vulnerável; O **Bolsa Educação**, iniciativa de transferência de renda focalizada nos alunos vulneráveis da rede estadual de ensino (incluindo as unidades do Centro Paula Souza) com a finalidade de minimizar a evasão escolar e reforçar o vínculo do aluno e família à escola; e o **Bolsa Trabalho**, programa que proporciona ocupação, qualificação profissional e renda aos desempregados em situação de vulnerabilidade. Desde a promulgação da lei do programa, centenas de milhares de cidadãos foram auxiliados.

¹⁶ Informações disponíveis em: <<https://www.bolsadopovo.sp.gov.br/>>. Acesso em: 22/02/2022.

Outro *case* no tópico da redução da desigualdade é **(2) Banco do Povo Paulista**¹⁷. O programa é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que oferta microcrédito produtivo com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico e a criação de oportunidades. O banco se destaca por ter uma das menores taxas de juros entre as instituições financeiras do país. Com isso, a iniciativa conseguiu atingir pequenos empreendedores desbancarizados e sem outro acesso formal ao microcrédito. De 2019 a 2021, foram concedidos mais de R\$ 720 milhões em microcrédito a mais de 55 mil empreendedores. Além disso, o Banco do Povo recebeu os maiores aportes de sua história durante o período de pandemia, o que denota a importância estratégica desta política.¹⁸

Também cabe mencionar um terceiro *case*: **(3) a atuação das universidades paulistas para a redução de desigualdades**. USP, UNICAMP e UNESP estabeleceram estratégias, envolvendo cotas ou não, para promover a inclusão de egressos de escola pública e de jovens autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI). Os resultados desses esforços revelam que, no período de 2019 a 2021, a porcentagem de ingressantes oriundos de escola pública oscilou de 47% a 56%. No caso dos autodeclarados PPI, a porcentagem de ingressantes oscilou de 25% a 32%, valores similares à porcentagem de pretos e pardos na população do Estado de São Paulo, de acordo com a Fundação SEADE, de 35%. Em 2021, pela primeira vez na história da USP, mais da metade dos alunos foram oriundos de escolas públicas.¹⁹

Adicionalmente, devemos destacar atuação da **quarta universidade pública paulista**. A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), criada em 2012, é atualmente considerada uma das instituições mais inclusivas do Brasil e a maior gratuita, 100% a distância, do país. Entre os seus mais de 50 mil estudantes da graduação, há alunos de 17

¹⁷ Informações disponíveis em: <<https://www.bancodopovo.sp.gov.br/>>. Acesso em: 22/02/2022.

¹⁸ Fonte: Dados Gerenciais de Desembolso até dezembro de 2021 do Banco do Povo Paulista disponibilizado pela Coordenadoria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

¹⁹ Fonte: Dados disponibilizados pela Coordenadoria de Ensino Superior da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo extraídos das Universidades.

a 80 anos, que encontraram um formato ideal de aprendizagem para concluir seus estudos. Em 2020, 90% dos ingressantes foram da primeira geração de universitários da família.²⁰

Por fim, dentre outras inúmeras políticas públicas de sucesso, vale a menção ao **Programa Selo da Diversidade** como quinto *case* no esforço de redução das desigualdades. Instituído através do decreto Nº 52.080 em 2007, o programa tem como objetivo estimular as organizações públicas, privadas e da sociedade civil a inserir o tema diversidade na gestão de recursos humanos. Desde sua criação até fim de 2021, 46 empresas foram reconhecidas por adotarem critérios inclusivos em seus departamentos. Para ser selada, a empresa precisa ser avaliada por um comitê composto por membros de sete secretarias estaduais e de 3 organizações da sociedade civil.²¹

5.3. EIXO 3 - Tecnologia e Inovação

5.3.1. Justificativa e Evidências do diagnóstico

Políticas públicas de incentivo e desenvolvimento em tecnologia e inovação são essenciais e determinantes ao desenvolvimento econômico. Todos os países mais desenvolvidos do mundo possuem sistemas de P&D&I extremamente fortalecidos e, conseqüentemente, índices de desenvolvimento econômico e social elevados.

O Estado de São Paulo possui o mais robusto sistema de CT&I do país, sendo responsável por grande parte da produção científica e tecnológica nacional. Isso se reflete também na pauta de exportações do Estado, que concentra uma parcela significativa de produtos de alta intensidade tecnológica.

Apesar do potencial imenso contido no Estado de São Paulo no que diz respeito à inovação, por conta da diversificação e tamanho do seu mercado interno, além da infraestrutura de ciência e tecnologia, há desafios que devem ser superados para colocar a inovação no centro dinâmico da economia paulista.

²⁰ Fonte: Dados disponibilizados pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Informações disponíveis em: <<https://univesp.br/institucional/univesp-em-numeros>>. Acesso em: 22/02/2022.

²¹ Fonte: Dados disponibilizados pela Coordenadoria de Operações da Secretaria de Desenvolvimento Economico do Estado de São Paulo

Nesse sentido, para o impulsionamento do processo inovativo e promoção de um novo ciclo de desenvolvimento econômico sustentável faz-se necessário fortalecer a infraestrutura do sistema de ciência e tecnologia, inovação estadual; potencializar a inserção do desenvolvimento tecnológico às vocações das demandas regionais dos setores público e privado; viabilizar e incentivar o desenvolvimento de cidades mais inteligentes, permitindo um ecossistema econômico fértil; bem como incentivar o parque industrial paulista a acompanhar, evoluir e avançar rumo a indústria 4.0.

5.3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

OBJETIVO 1 – Fortalecimento do Sistema Paulista de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)

Contextualização – Não obstante o aparato de infraestrutura, competências e investimentos do setor público e privado em CT&I serem relativamente robustos no cenário nacional, o ecossistema de inovação de São Paulo está aquém do padrão dos países desenvolvidos.

Aprimorar a infraestrutura, ampliar o investimento e promover a integração entre as instituições públicas de pesquisa e o setor privado intensivo em P&D são etapas necessárias para os ganhos de competitividade fundamentais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo almejado pelo Estado de São Paulo.

Vínculos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Diretrizes

- ➔ Modernizar e promover maior integração entre o Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo (CONSIP) e o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Concite);

- ➔ Fortalecer as capacidades gerenciais dos órgãos ligados ao SPAI (Sistema Paulista de Ambientes de Inovação) por meio de capacitação e troca de experiências entre os órgãos;
- ➔ Definir orçamentos para atividades de pesquisa e desenvolvimento em todas as secretarias do Estado de São Paulo, a fim de estimular a geração de soluções inovadoras e a criação de políticas baseadas em evidências;
- ➔ Criar conselhos científicos vinculados às diversas secretarias do Estado de São Paulo;
- ➔ Prover incentivos fiscais para a instalação de empresas estrangeiras de setores intensivos em tecnologia, com o compromisso de transferência de tecnologia e/ou investimento em P&D no Estado;
- ➔ Facilitar as conexões entre empresas, universidades, institutos de pesquisa e outros atores que compõem o ecossistema de inovação paulista, a fim de estimular as trocas de conhecimento e a realização de projetos;
- ➔ Implantar um sistema de informações integrado (plataforma) sobre os aparatos público e privado (infraestrutura, competências, tecnologias e recursos humanos) em C&T&I disponíveis no estado;
- ➔ Promover a expansão e incentivos a programas privados ou públicos de inovação aberta no Estado;
- ➔ Criar e manter indicadores sobre as atividades de CT&I no Estado de São Paulo a fim de subsidiar a tomada de decisão e definição de programas estratégicos para o setor

Integração com outras políticas, planos e programas: Programa de Fomento de Arranjos Produtivos Locais Paulista – APL (SDE); Programa Polos de Desenvolvimento (SDE).

OBJETIVO 2 – Aumentar a competitividade das empresas

Contextualização – O Estado de São Paulo abriga uma matriz econômica diversificada, com setores altamente demandantes de tecnologia. Uma oportunidade importante

para o seu desenvolvimento econômico sustentável é atrelar o fomento ao desenvolvimento tecnológico às aptidões e demandas locais e regionais, com vistas ao aumento de competitividade em nível nacional e maior inserção no mercado internacional.

Destaca-se nesse cenário a quarta revolução industrial, que promove mudanças significativas na produção de produtos, bens e serviços e deverá transformar as estruturas da indústria tradicional, com objetivos de aumento de produtividade, competitividade e inserção em cadeias globais. A indústria paulista é uma das mais desenvolvidas do país, precisa estar em sincronia com a evolução do setor e necessita de apoio e suporte governamental para percorrer o caminho de evolução até a indústria 4.0. A transformação digital tem um papel fundamental nessa progressão, assim como políticas públicas que viabilizem a expansão e aceleração desse processo.

Vínculos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Diretrizes

- ➔ Fortalecer as competências em nível regional, aproveitando as janelas de oportunidades regionais
 - Estimular projetos de pesquisa em nível pré-competitivo, unindo universidades, institutos de pesquisa e empresas para a geração de tecnologias com o potencial de impactar um conjunto de empresas do mesmo setor e região;
 - Fortalecer o papel das entidades gestoras e governança de APLs enquanto porta-vozes das demandas tecnológicas do setor, a fim de direcionar políticas públicas de fomento à pesquisa e facilitar a conexão com ICTs paulistas

- Ampliar as linhas de financiamento para a criação e fortalecimento de laboratórios para o atendimento às necessidades tecnológicas de APLs e polos de desenvolvimento, em cooperação com ICTs locais
- Estimular a criação de selos de indicação geográfica como forma de agregação de valor aos produtos locais

- ➔ Estimular políticas que favoreçam a inserção das empresas nas cadeias globais de valor
- ➔ Desenvolver instrumentos de apoio à internacionalização ou globalização de startups e pequenas empresas inovadoras, facilitando acesso a outros mercados desde o início do ciclo de vida das empresas
- ➔ Articular junto à FAPESP a destinação de uma fração do orçamento às necessidades locais, de forma proporcional à contribuição dos setores para o ICMS do Estado
- ➔ Aproveitar a estrutura das ETECs e FATECs para fomento de empreendedorismo de inovação local e regional
- ➔ Incentivar, estimular e viabilizar o Plano Nacional da Câmara Brasileira da indústria 4.0 no Estado, com políticas de possam subsidiar, em especial, os objetivos estratégicos de:
 - Fomentar e estimular o uso de tecnologias da Indústria 4.0 nas pequenas e médias empresas;
 - Estimular mecanismos para que soluções de empresas de base tecnológica, startups e integradoras possam ser ofertadas e disponibilizadas diretamente ao mercado;
 - Fomentar e assegurar estabilidade e volume de recursos públicos para implementação de iniciativas para a Indústria 4.0;
 - Criar políticas e incentivo que priorizem e promovam o desenvolvimento de soluções para a Indústria 4.0 adequadas às empresas do parque produtivo paulista; e

- Coordenar os esforços individuais de instituições públicas e privadas para solucionar necessidades e demandas da Indústria 4.0 e incentivar os trabalhos em rede e colaborativos.
- ➔ Incentivar e viabilizar o Plano Nacional de Internet das Coisas no Estado, com políticas que possam subsidiar, em especial os seguintes objetivos estratégicos:
 - Promover a capacitação profissional relacionada ao desenvolvimento de aplicações e a geração de empregos na economia digital;
 - Incrementar a produtividade e fomentar a competitividade das empresas brasileiras desenvolvedoras, por meio da promoção de um ecossistema de inovação nesse setor;
 - Buscar parcerias com os setores público e privado para a implementação tecnológica; e
 - Aumentar a integração no cenário internacional, por meio da participação em fóruns de padronização, da cooperação internacional em pesquisa, desenvolvimento e inovação e da internacionalização de soluções tecnológicas desenvolvidas no País.
- ➔ Apoiar, fomentar e estimular o uso da transformação digital nas empresas, de forma aderente a estratégia brasileira para a transformação digital(e-Digital). Compondo as diretrizes de:
 - Estimular o desenvolvimento de novas tecnologias com a ampliação da produção científica e tecnológica, buscando a solução de grandes desafios.
 - Promover e estimular o desenvolvimento da Internet como um ambiente seguro, confiável, propício aos serviços e ao consumo, com respeito aos direitos dos cidadãos.
 - Formar a sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas e prepará-la para o trabalho do futuro.
 - Fortalecer a liderança nos fóruns globais relacionados aos temas digitais, estimular a competitividade e a presença das empresas brasileiras no exterior e promover a integração regional em economia digital

– Estimular uma economia crescentemente digitalizada, dinâmica, produtiva e competitiva, acompanhando a fronteira econômica mundial.

→ Fomentar e estimular o uso de Inteligência Artificial aplicada à indústria, fortalecendo o ecossistema de inovação aberta e o Sistema Paulista de Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando aderência na aplicação industrial da estratégia brasileira de inteligência artificial.

Integração com outras políticas, planos e programas:

Programa de Fomento de Arranjos Produtivos Locais Paulista – APL (SDE); Programa Polos de Desenvolvimento (SDE); Plano de Ação da Câmara Brasileira da Indústria 4.0; Plano nacional de Internet das Coisas (Decreto nº 9854 de 2019); Estratégia Brasileira para a transformação Digital (e-Digital); Estratégia Brasileira de inteligência Artificial.

OBJETIVO 3 – Incentivar e viabilizar mecanismos para tornar as cidades mais inteligentes

Contextualização – O desenvolvimento de cidades mais inteligentes passa por um processo de transformação digital, que permita aumentar a qualidade de vida da população, assim como a competitividade de todo o ecossistema econômico da sociedade. Cidades mais inteligentes devem ser economicamente férteis e percorrer um caminho de desenvolvimento que possa ser viabilizado para diferentes estágios tecnológicos. A Carta Brasileira de Cidades Inteligentes sugere abordagens para atingir economias mais férteis nas cidades, como: promover o desenvolvimento econômico sustentável; impulsionar a economia local e a conservação da biodiversidade; garantir alternativas de renda para as comunidades locais; incentivar a economia criativa, circular e compartilhada; usar a tecnologia para melhorar o bem-estar da sociedade; ampliar o acesso a oportunidades econômicas, considerando um equilíbrio e respeito à diversidade; possibilitar o aumento da consciência, compreensão e o interesse em

manter a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, como meio de reduzir os riscos econômicos atuais e futuros.

Vínculos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Diretrizes

- ➔ Viabilizar no Estado as diretrizes da Carta Brasileira de Cidades Inteligentes, em especial as seguintes:
 - Promover o desenvolvimento urbano sustentável, agindo conforme a perspectiva que está na legislação, nas políticas brasileiras e em acordos internacionais.
 - Construir respostas para os problemas locais, avaliando e promovendo ações levando em conta o potencial que elas têm de responder aos desafios locais, adequando-as ao estágio tecnológico do município.
 - Promover educação e inclusão digital, impulsionando e promovendo ações que estimulem a formação cidadã e o letramento digital, de forma contínua. As ações devem atender a pessoas de todas as idades, gêneros, raças e classes sociais, fortalecendo a sua autonomia.
 - Estimular o protagonismo comunitário, garantindo o envolvimento de pessoas de todas as idades, gêneros, raças e classes sociais e dos coletivos locais, inclusive povos e comunidades tradicionais.
 - Colaborar e estabelecer parcerias, realizando ações de cooperação entre setores público, privado, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa.
 - Decidir com base em evidências, usando dados e sistemas de forma responsável, transparente e compartilhada.
- ➔ Incentivar e viabilizar o Plano Nacional de Internet das Coisas no Estado, com políticas de possam subsidiar, em especial os seguintes objetivos estratégicos:

- melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover ganhos de eficiência nos serviços, por meio da implementação de soluções tecnológicas;
 - promover a capacitação profissional relacionada ao desenvolvimento de aplicações e a geração de empregos na economia digital;
 - buscar parcerias com os setores público e privado para a implementação tecnológica; e
- Promover o uso da transformação digital nas cidades paulistas, de forma aderente à estratégia brasileira para a transformação digital (e-Digital). Em especial aos objetivos:
- Viabilizar a ampliação do acesso da população à Internet e às tecnologias digitais, com qualidade de serviço e economicidade.
 - Estimular o desenvolvimento de novas tecnologias com a ampliação da produção científica e tecnológica, buscando a solução de grandes desafios.
 - Transformar a Internet em um ambiente seguro, confiável, propício aos serviços e ao consumo, com respeito aos direitos dos cidadãos.
 - Formar a sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas e prepará-la para o trabalho do futuro.
 - Estimular uma economia crescentemente digitalizada, dinâmica, produtiva, competitiva, criativa, circular e compartilhada, acompanhando a fronteira econômica mundial.
 - Tornar o governo mais dinâmico, mais próximo da população e mais eficiente para resolver problemas e facilitar a vida do cidadão.

Integração com outras políticas, planos e programas:

Carta Brasileira de Cidades Inteligentes; Plano nacional de Internet das Coisas (Decreto nº 9854 de 2019); Estratégia Brasileira para a transformação Digital (e-Digital).

5.3.3. PROGRAMAS E POLÍTICAS JÁ EM CURSO (SDE)

Alguns exemplos e casos de sucesso dessas políticas - Programas, políticas e ações já entregues pelo Estado de São Paulo em Inovação

Quando o tema é inovação, a atuação protagonista do governo é primordial. Essa operação pode se dar, entre outras maneiras, por meio de fomento ao uso de novas tecnologias e aos ecossistemas de inovação que idealmente contenham o tripé academia, setor produtivo e governo. Um *case* no que se refere ao fomento ao uso de tecnologias é o Programa Conecta SP.

O Programa **(1) Conecta SP** é uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo, que visa a auxiliar municípios a receber nova tecnologia de internet móvel 5G por meio de, entre outras coisas, o incentivo à modernização de leis locais de antenas. A lei Nº 17.471, de 16 de dezembro de 2021, que instituiu o programa, indicou aos municípios paulistas, em linha com as orientações da ANATEL, o texto base de projeto de lei para tratar da ocupação e uso de solo na implantação de torres e demais meios físicos necessários ao suporte à rede de telecomunicações. Essa orientação visa a facilitar a elaboração de leis municipais e abrir caminho, de maneira escalada, para a utilização da tecnologia 5G no Estado.

Quando se fala em ambientes de inovação, um *case* de destaque é o **(2) CITI** - Centro Internacional de Tecnologia e Inovação. O CITI busca reposicionar o Estado de São Paulo no âmbito do ecossistema mundial de ciência, tecnologia e inovação por meio da implementação de um distrito de inovação dotado de condições sociais, econômicas, urbanas e de infraestrutura capazes de promover a interação orgânica entre governo, universidades, institutos de pesquisa e empresas. A primeira fase do projeto, também denominado de IPT Open Experience, já está em operação no Instituto de Pesquisas Tecnológicas, local onde foi instalado um *hub* e um centro de inovação voltado às iniciativas de hardtech, com foco em pesquisa aplicada nos desafios da indústria. Mais de 10 empresas estão atuando no local.

O CITI I também é a casa do **(3) Centro para a 4ª Revolução Industrial do Brasil**, entidade vinculada ao Fórum Econômico Mundial (WEF) que funciona como um espaço multissetorial de cooperação entre atores governamentais, empresas, sociedade civil e pesquisadores com vistas à formulação de políticas públicas e parcerias que contribuam

para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias inovadoras de maneira ética e inclusiva, acelerando e amplificando os benefícios de tecnologias emergentes. A parceria público-privada com governança democrática virou referência na rede global de centros do WEF e escolheu como prioridades para as atividades no Brasil a Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina, Internet das Coisas e Transformação Urbana e Política de Dados.

Outro programa inovador que merece destaque é programa **(4) IdeaGov**. A iniciativa, instituído pelo Decreto nº 64.974, de 12 de maio de 2020, tem como objetivo trazer soluções de mercado e da sociedade para desafios do Governo do Estado de São Paulo, com vistas a oferecer melhores serviços ao cidadão e mais eficiência na gestão pública. O IdeaGov já conduziu 8 desafios em Governo, tendo recebido e avaliado 211 propostas de soluções, das quais 19 foram selecionadas para a realização de testes piloto. Um dos desafios lançados, por exemplo, foi o de “Ofertas Tecnológicas para o enfrentamento da covid-19”. O edital, elaborado em parceria com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade São Paulo (HCFMUSP), visava a identificar, selecionar e testar soluções inovadoras relacionadas ao combate à doença causada pelo novo coronavírus.

Por fim, no que se refere à inovação, é salutar destacar o papel estratégico da **(5) FAPESP***, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que é a maior agência de fomento da América Latina. Com um orçamento bilionário (57% superior ao de 2018), a fundação financia pesquisa em distintas áreas do conhecimento, em iniciativas inovadoras de mais de 1.600 pequenas empresas e startups (no programa denominado Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas - PIPE) e grandes projetos estratégicos desenvolvidos em 13 Centros de Pesquisa em Engenharia (CPEs), constituídos em parceria com grandes empresas e em 17 Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPIDs) que atuam na fronteira do conhecimento. A instituição também divulgou, ao longo de 2020 e 2021, duas chamadas do programa Ciência para o Desenvolvimento, que selecionou 12 projetos submetidos por consórcios de pesquisa formados por pesquisadores em universidades, secretarias de Estado, instituições públicas e privados no país e no exterior, voltados à solução de problemas nas áreas de saúde, segurança pública, alimentação e agricultura, desenvolvimento econômico, entre outras.

6 “COMPROMISSO COM A GESTÃO PÚBLICA” POR PATRICIA ELLEN

A Secretaria trabalhou de forma estratégica, por meio da criação e ampliação de programas com foco na geração de emprego e renda, empreendedorismo, qualificação profissional e ensino técnico de qualidade, com fortalecimento dos investimentos e apoio às iniciativas em ciência, tecnologia e inovação no estado, além de projetos para o desenvolvimento de São Paulo, com o princípio de combate às desigualdades e apoio aos mais vulneráveis.

A criação do Plano demonstra o empenho e ambição da Secretaria de Desenvolvimento Econômico em estudar, projetar e estabelecer as mais importantes e inovadoras ações para a economia do estado. Desvios de rota são necessários, mudanças de cadência precisam ser implementadas e adaptações se tornam emergentes, mas todos esses ajustes serão menos comprometedores para o futuro do Estado se respeitarem e mantiverem o rumo principal aqui consignado: formulação de políticas públicas econômicas baseadas em evidências que busquem horizonte de inovação, de redução das desigualdades e da responsabilidade com o desenvolvimento sustentável.

Propomos uma economia baseada em gente, na vida real da população, que olhe os desempregados, os pequenos empreendedores, as mulheres, as populações periféricas, os jovens, os que muitas vezes são esquecidos, mas que são na verdade o motor de um desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo e inovador.

Nosso compromisso ético é com uma gestão pública que supere o seu próprio tempo de atuação e que mantenha um compromisso permanente com o presente sem desconsiderar o passado, visando às boas oportunidades para o futuro.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.” Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 22 fev. 2022.

DIAS, R. F.; de CARVALHO, C. A. A. Bioeconomia no Brasil e no Mundo: Panorama Atual e Perspectivas. **Rev. Virtual Quim.**, 9 (1), 410-430, 2017.

EMBRAPA. **VII Plano Diretor da Embrapa: 2020–2030.** Brasília, DF: Embrapa, 2020. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/217274/1/VII-PDE-2020.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PIMENTEL et al. Biodiversidade brasileira como fonte da inovação farmacêutica: uma nova esperança? **Revista do BNDES**, 43, junho, p. 41-89, 2015.

Lohmann, G. e t al (2022) O Futuro do Turismo no Brasil a partir da análise crítica do período 2000-2019. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo*, 16, e-2456. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v16i2.456>

São Paulo, Município. Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico – PMDE, 2022 a 2032.

Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Estado de São Paulo – Turismo SP 20-30**. outubro 2020. Disponível em: <<https://www.turismo.sp.gov.br/datafiles/suite/escritorio/aplicativo/webdesign/abertura/Plano%20Turismo%20SP%2020-30%20site09dez2020.pdf>>.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO (Organização Mundial do Turismo – OMT). **World Tourism Day 2019**. 2019 Disponível em:<<https://www.unwto.org/world-tourism-day-2019#:~:text=Tourism%20and%20Jobs,Tourism%20is%20a&text=Overall%20tourism%20accounts%20for%20one,over%20the%20next%20five%20years.>>>.



| Secretaria de
Desenvolvimento Econômico